



Anais da Assembléia

N.º 123

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 20 DE NOVEMBRO DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 114ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 1984

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Antônio Belinati e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Amélia Hruschka, Aníbal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, José Antônio Fonseca, Jorge Maia Filho, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Pérciles Pacheco, Quiélse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tugúio Setogutte e Wilson Fortes (54).

Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Fuad Nacli, Aírton Cordeiro, Leônidas Chaves e Luiz Alberto Oliveira (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

MENSAGEM N.º 237/84

Curitiba, 08 de novembro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos da Lei n.º 5.944, de 21 de maio de 1969 - Lei de Promoções de Oficiais da Polícia Militar do Estado.

Conforme determinações contidas em dispositivos da Legislação Federal pertinente (Decreto n.º 88.777, de 30/9/83), o assunto de que trata o Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis foi preliminarmente apreciado pela Inspeção Geral das Polícias Militares, órgão do Estado-Maior do Exército. A Polícia Militar do Estado, oferecendo o devido

detalhamento quanto aos aspectos da necessidade e oportunidade, da medida, esclarece:

“A Lei n.º 7732, de 08 de outubro de 1983 alterou dispositivos da Lei n.º 5.944, de 21 de maio de 1969 - Lei de Promoções de Oficiais da Polícia Militar do Estado.

Essas alterações visavam corrigir inúmeros problemas decorrentes da aplicação da referida lei em função de que diversos de seus artigos geravam dúvidas quanto a sua correta interpretação e aplicação.

Entretanto, na vigência da nova Lei, este Comando constatou a impossibilidade de todos os Oficiais cumprirem e requisito imposto quanto a arregimentação. Pelo que, no interesse da administração e objetivando evitar o tolhimento de direitos promocionais simplesmente pelo fato do Oficial exercer, mediante ordem, funções capituladas como de apoio ou direção, sem direito a arregimentações, encaminhou anteprojeto de lei, para o competente pronunciamento da Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM), através do Ofício n.º 018/84 - 1A. Sessão EM, tendo como resposta o contido no ofício n.º 031-IGPM/1 (em anexo). O anteprojeto visava alterar as modificações introduzidas pela Lei n.º 7732/83, no que concerne a arregimentação de Oficiais com vistas a melhorar os aspectos relativos a arregimentação, bem como, dentro de um período de tempo mais compatível com as necessidades da Corporação, dar cumprimento àquelas normas legais.

Porém, quando da remessa do referido anteprojeto de lei à esfera governamental, a IGPM baixou novas diretrizes estabelecendo funções e situações consideradas como arregimentadas no âmbito das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (em anexo).

Assim, como a IGPM não se pronunciou contrariamente aos prazos impostos mas tão-somente quanto às funções, este Comando propõe as alterações da Lei de Promoções de Oficiais na forma do anteprojeto anexo de conformidade com as normas e diretrizes estabelecidas.

Por outro lado, a dilatação do prazo da arregimentação propiciará aos Oficiais tempo compatível para cumprimento das novas regras impostas sem que hajam prejuízos àqueles e a própria administração.

Propõe-se também a inclusão do § 6º no Art. 37 da Lei n.º 5.944/69 definindo o que se deva entender como “Interior do Estado”.

É oportuno também as alterações do item IX do Art. 25 e o Art. 61 da Lei n.º 5.944/69, que visam compatibilizar a redação destes artigos com o previsto no Decreto-Lei n.º 2010, de 12 de janeiro de 1983”.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI 328/84

Art. 1º - A lei n.º 5.944, de 21 de maio de 1969, modificada pela Lei n.º 7732, de 07 de outubro de 1983, passa a vigorar com as seguintes alterações:

a) - o Inciso IX do Art. 25 passa a vigorar com a seguinte

redação:

"Art. 25 . . .

IX - Agregação por exercício de cargo ou função de natureza civil".

b) - ao Art. 37 é acrescentado o parágrafo 6º com a seguinte redação:

"Art 37 . . .

§ 6º - Interior do Estado, para fins de aplicação do disposto na alínea d) do inciso I deste artigo, são todos os municípios não compreendidos na Região Metropolitana de Curitiba".

c) - o inciso IV e o Parágrafo Único, do Art. 46, fica redigido na forma abaixo:

"Art. 46 . . .

IV - Tempo de Arregimentação no posto.

a) - Oficiais Subalternos e Intermediários do Quadro de Oficiais Policiais-Militares (QOPM), do Quadro de Oficiais Bombeiros-Militares (QOBM) e do Quadro de Oficiais Policiais Militares Feminino (QOPM Fem), trezentos e sessenta e cinco (365) dias;

b) - Oficiais Superiores do QOPM, QOBM e QOPM Fem., cento e oitenta (180) dias;

c) - Oficiais Subalternos, e Intermediários, dos demais Quadros dois (2) anos; e

d) - Oficiais Superiores, dos demais Quadros, um (1) ano.

Parágrafo único - Considera-se como arregimentado o tempo de serviço passado no exercício das seguintes funções policiais-militares:

a) - em Organizações Policiais-Militares (OPM) e Organizações Bombeiros-Militares (OBM) consideradas como Unidade de Tropa (Órgãos de Execução), no Comando do Policiamento da Capital (CPC), no Comando do Policiamento do Interior (CPI) e no Comando do Corpo de Bombeiros (CCB).

b) - em estabelecimentos policiais-militares de ensino, assim entendido a Academia Policial Militar do Guatupê e o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, exceto como aluno;

c) - nas Seções, Subseções de Operações e na Seção de Ensino de Operações de Órgãos do Serviço Nacional de Informações;

d) - nas Seções de Operações de Informações e de Contra-Informações do Centro de Informações do Exército, dos Exércitos, das Regiões Militares e dos Comandos Militares de Áreas;

e) - nos Serviços de Segurança da Presidência da República, Vice-Presidência da República, do Governador e Vice-Governador do Estado;

f) - em quaisquer OPM (OBM), pelos Oficiais do Quadro de Saúde (QS), do Quadro de Oficiais Especialistas (QOE) e do Quadro de Oficiais de Administração (QOA), nas funções técnicas de suas respectivas especialidades;

g) - em Órgãos de Direção Geral, como elementos de Supervisão e Coordenação Geral: Comandante-Geral e Estado-Maior (1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Seção)".

d) - O Art. 61 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 61 - O oficial agregado por motivo de exercício temporário de cargo ou função de natureza civil concorre à promoção somente pelo princípio de antiguidade".

e) - O Art. 76 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art 76 - O período de Arregimentação previsto no inciso "IV" do Art. 46 desta Lei somente será exigido para as promoções às vagas que se verificarem a partir de 07 de outubro de 1985".

Art. 2º - Fica revogado o Art. 3º da Lei nº 7732, de 07 de outubro de 1983.

Art. 3º - Considerar-se-á como arregimentado o oficial que anteriormente já tenha exercido qualquer uma das funções e nos prazos previstos nas alíneas do Parágrafo Único e do inciso IV do Art 46 com a redação dada por esta Lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a indicação do Deputado EZEQUIAS LOSSO, para compor a Comissão Especial destinada a estudar e propor soluções para o problema do Menor em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja atribuído REGIME DE URGÊNCIA para a votação do Projeto de Lei nº 318/84, oriundo da Mensagem Governamental nº 236/84, que altera o orçamento da Loteria do Estado do Paraná em Cr\$ 690 milhões.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, preferência na votação para os Projetos de Lei nº 252 e 55/84, constantes da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1984.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 260/84.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1984.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, seja atribuído PREFERÊNCIA DE VOTAÇÃO para os projetos de lei abaixo:

PROJETO DE LEI Nº 252/84 - que aprova a Proposta do Orçamento Programa Anual do Estado para o exercício de 1985.

PROJETO DE LEI Nº 229/84 - que cria, na Governadoria, os cargos isolados de provimento em comissão que especifica e altera a simbologia dos cargos já existentes.

PROJETO DE LEI Nº 267/84 - que autoriza abertura

de crédito especial no valor de Cr\$ 1.915.418.000 destinados ao atendimento de despesas com material de consumo, outros serviços e encargos do DETRAN, no corrente exercício.

PROJETO DE LEI Nº 288/84 - que autoriza abertura de um Crédito Adicional de Cr\$ 8.875.452.000 para o Tribunal de Justiça no corrente exercício.

PROJETO DE LEI Nº 222/84 - que dispõe sobre a concessão de gratificação adicional por tempo de serviço aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e aos Procurados junto ao mesmo Tribunal.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER seja dispensada de publicação a redação final do Projeto de Lei nº 209/84, que trata da remuneração dos Professores Regionalistas e não Habilitados, bem como sua reinclusão na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

O Governador do Estado sancionou, recentemente, um plano de lei propiciando o reajuste de proventos de inatividade dos servidores do Estado, praticamente em igualdade de condições com o pessoal em atividade.

O Projeto de Lei nº 209/84 tem o mesmo objetivo em relação aos Professores Regionalistas e não Habilitados, e o texto aprovado não merece qualquer reparo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor João Gorski, ocorrido nesta Capital, no dia 18/11/84.

O extinto era pessoa de excelente relacionamento em nossa cidade, vindo o seu falecimento causar enorme consternação a seus familiares e amigos.

REQUER ainda, seja dada ciência dessa decisão à família enlutada, na Av. Nossa Senhora Aparecida, 1804 - Barigui Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1984.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor ERNESTO STRANO, ocorrido nessa Capital dia 18/11/84.

O extinto era pessoa de excelente relacionamento nessa Cidade, vindo o seu falecimento causar enorme consternação a seus familiares e amigos.

REQUER ainda, seja dada ciência dessa decisão à família enlutada na Rua Angelo Sampaio, 2465 - Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1984.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhada voto de pesar, pelo passamento do Doutor GERMANO NORBERTO RUDNER, ocorrido em Umuarama - PR, à família do mesmo.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1984.

(a) TUGUIO SETOGUTTE

JUSTIFICATIVA:

O Doutor Germano Norberto Rudner, era médico desde 1958, exercendo suas atividades profissionais em Umuarama. Era o mais antigo profissional na área, tendo sido inclusive Vereador naquela cidade e candidato a Deputado Estadual.

O mesmo era casado com a Senhora Margarida e deixa três filhos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento do médico Doutor Germano Norberto Rudner, ocorrido em 14 de novembro de 1984, na cidade de Umuarama.

Doutor Germano Norberto Rudner, médico residente em Umuarama por muitos anos, proprietário do Hospital Umuarama, pioneiro da cidade, tendo grangeado amizade entre toda a população que o conduziu à Câmara Municipal de Umuarama como dos Vereadores bem votados. O extinto foi dinâmico membro do Partido Trabalhista Brasileiro e deixa larga folha de serviços prestados ao Município de Umuarama e sua gente.

REQUER, finalmente, aprovado o presente dê-se ciência à família enlutada, à Rua Doutor Camargo, 5199, na cidade de Umuarama - PR.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata desta sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Pastor Alípio Xavier Assumpção, ocorrido no último dia 17 em nossa Capital.

O dedicado baluarte da Causa do Evangelho, membro da Academia Evangélica de Letras e Cidadão Honorário de Curitiba, deixou uma notável folha de serviços prestados à coletividade. Sua vida constituiu-se em exemplo de trabalho e honradez a ser considerado e seguido.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, à Convenção Batista Paranaense e à Ordem dos Pastores Batistas do Paraná.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1984.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos realizados

na tarde de hoje, voto de congratulações à Rádio Jornal de Maringá Limitada pela comemoração, no último dia 17, do seu 27º aniversário de sua fundação, com conseqüente encaminhamento ao Ilustríssimo Senhor Diretor Responsável Marco Antônio Dutra.

Em 1957, quando os meios de comunicação possuíam ainda diversas limitações quanto a recursos técnicos especialmente, a cidade de Maringá ganhava uma emissora de rádio-difusão, representando naquela época, um dos mais importantes marcos históricos do desenvolvimento maringaense.

Não se tratava de simplesmente mais uma emissora, mas sim um imprescindível veículo de comunicação que sempre voltou-se para o desenvolvimento de uma programação identificada profundamente com as raízes de todo o povo daquela rica e imensa região, divulgando as manifestações culturais e servindo como indispensável instrumento em defesa de todos os verdadeiros e legítimos interesses daquela gente.

Não poderia deixar, portanto, de através deste requerimento, procurar de certa forma expressar o reconhecimento à Rádio Jornal de Maringá, que ao longo dos seus 27 anos de existência, caracterizou-se por uma postura séria como veículo de comunicação, graças, e, acima de tudo, aos seus profissionais que já passaram por aquela emissora ou atual nos dias de hoje, mantendo a mesma tradição de servir ao povo de Maringá e a toda a sua região.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER encaminhamento de ofício ao Secretário da Administração e da Educação, solicitando urgentes providências no sentido da recuperação, através de reconstrução, do prédio escolar onde funciona o Colégio Estadual Barão do Cerro Azul, na sede do Município de Cruz Machado.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

JUSTIFICATIVA:

- I - Os diversos cursos que funcionam no referido prédio, são frequentados por 866 alunos.
- II - O prédio escolar é o único na sede do município.
- III - Trata-se de uma edificação muito antiga, de vez que foi construída no primeiro Governo do ex-Governador Moisés Lupion, portanto, ainda na década de 1940.
- IV - A precariedade do prédio poderá ser constatada através de verificação local e, em continuando sem medidas corretivas, existe o perigo iminente de um desastre que poderá ter proporções lamentáveis em relação à integridade física de alunos, professores e funcionários.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, que seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário dos Transportes com a solicitação que segue:

I - SITUAÇÃO

- a. O Programa de Construção, Melhoramentos e Reequipamento da Rede Rodoviária do Estado do Pa-

raná - BID III, cujo correspondente pedido de empréstimo externo foi recentemente aprovado nesta Casa, inclusive com nosso voto, prevê, no Subprograma de Implantação Básica e Pavimentação, a construção de aproximadamente 1.200,0 km de Rodovias Alimentadoras, cujos trechos serão escolhidos dentre uma listagem de cerca de 2.200,0 km.

- b. Dos quadros que compõem a listagem, depara-se com o constante na página 10 do volume 1, que totaliza 540,49 km, sob o título de "Amostra Representativa".
- c. O quadro seguinte é composto de 56 trechos, totalizando 1.622,57 km; sob a denominação de "Outros Trechos, a partir dos quais será selecionada a complementação do programa". Donde se infere que os 659,51 km que restam para completar o programa, serão selecionados dentre estes trechos.
- d. Na página 11 do volume 1, no segundo quadro antes referido, consta o trecho de número 03, intitulado "PR-447 União da Vitória-Cruz Machado (P)", uma extensão de 44,9 km

II O PEDIDO

Solicitamos ao Sr. Secretário dos Transportes que o trecho "PR-447 - União da Vitória - Cruz Machado (P)", de 44,9 km seja selecionado prioritariamente entre aqueles que comporão a complementação do PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO, MELHORAMENTOS E REEQUIPAMENTO DA REDE RODOVIÁRIA DO PARANÁ - BID III.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

JUSTIFICATIVA:

- a. O Município de Cruz Machado participa significativamente, por sua produção, principalmente do setor primário, na economia da região, contribuindo também com sua ponderável parcela na economia estadual.
- b. A sua localização, à direita do Rio Iguaçu, alagado pela represa de Foz do Areia, dificulta sua interligação com outros municípios da região.
- c. Sua ligação com a cidade pólo regional é feita através de uma estrada pioneira o que, em épocas de chuvas, dificulta significativamente o escoamento de sua produção, acarretando desistímulo aos agricultores penalizando a atividade econômica e como conseqüência a geração de renda e de receitas públicas, o que se reflete negativamente na própria administração municipal que se vê tolhida nos seus esforços para realizar os programas e projetos indispensáveis à melhoria de condições de vida da comunidade.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública visando a construção de um módulo policial na Municipalidade de Ubatatã.

De iniciativa do Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ubatatã, José Vicente Pires, conforme ofício encaminhado, é quem defende a necessidade da implantação de um módulo policial naquela cidade.

Devido a insegurança atualmente vivida pela população ubiratense que tem sido vítima de diversos prejuízos ante a

ação de marginais, a mesma não tem poupado críticas quanto a esta situação.

Neste sentido, a construção de um módulo policial em um ponto da cidade a ser estudado, fora de qualquer dúvida permitirá dar novas condições à polícia agir com maior eficiência e rapidez.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Agricultura no intuito de que determine, mediante as possibilidades, a criação e instalação de um posto de monta na Municipalidade de Goioerê.

De acordo com telex remetido ao Deputado que abaixo subscreve, oriundo do Sindicato Rural de Goioerê, através do seu Presidente atual, Ilustríssimo Sr. Everaldo Bughi, aquela entidade pede que essa Secretaria de Estado da Agricultura estude a viabilidade da criação e instalação de um posto de monta naquele município.

A justificativa apresentada por aquele destacado órgão de representação da classe ruralista, baseia-se fundamentalmente na necessidade de se criar mecanismo que ofereça condições de fixação do homem no seu lugar de origem: o campo.

Uma das formas de tal permanência do homem em sua área rural, diz respeito à implantação de um posto de monta em Goioerê. Pois existe um grande número de propriedades de pequeno e médio porte, que, em suas atividades relacionadas ao plantio de vários cultivares agrícolas, utilizam a tração animal, notadamente na aração da primeira camada do solo.

Uma grande parcela de animais atualmente utilizados para tais atividades apresentam baixo potencial genético, sendo também extremamente difícil a renovação, quando necessária dos mesmos.

Pelas razões apresentadas, espera-se dessa Secretaria de Estado da Agricultura o encaminhamento de medidas que possibilitem a implantação de um posto de monta em Goioerê, beneficiando não somente aquele município, mas também os Municípios de Moreira Sales, Janiópolis e Mariluz, contribuindo desta forma na melhoria dos equinos da região, e, conseqüentemente, na fixação do pequeno produtor rural.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Secretaria da Educação, encarecendo a necessidade da ampliação da Escola Estadual "Edite Cordeiro Marques", localizada no Município de Turvo, tendo em vista ser crescente a demanda de matrículas e a infra-estrutura não corresponder à nova realidade.

Assim, no corrente ano letivo foram matriculados 616 alunos que ocupam as 8 salas disponíveis, não havendo salas apropriadas para biblioteca, pesquisas, reuniões e secretaria. Há carência, também, de uma quadra polivalente para a prática de esportes e educação física.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1984.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Doutor Presidente da TELEPAR, solicitando a manutenção do Código 148 em uso atualmente pelo Centro de Informações Toxicológicas da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social do Paraná.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1984.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Há anos, o Centro de Informações Toxicológicas da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social do Paraná, através do Código 148, vem prestando inegáveis serviços à comunidade. A ele recorrem diariamente profissionais de saúde, das ciências agrárias e agricultores em busca de esclarecimentos, e orientação diante de indícios de casos de intoxicação.

Não obstante, a TELEPAR solicita no momento a liberação do Código 148 para a instalação de mais um Código para Vídeo-texto.

São evidentes os contratempos advindos de uma eventual mudança de Código, uma vez que, far-se-á necessário todo esforço para difundí-lo.

Cabe questionar do porquê da TELEPAR não optar da liberação de códigos de menor importância social como é o caso do Telepiada, Tele-horóscopo, Tele-loteca.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência, o Sr. Governador do Estado, no sentido de que sejam determinadas providências, visando isentar ou anistiar até 31 de dezembro, as taxas de estadia, que vêm sendo cobradas pelo DETRAN, aos veículos apreendidos por aquele órgão.

Tal solicitação se faz tendo em vista as exorbitantes taxas que vem sendo cobradas por aquele órgão do Serviço de Trânsito de nosso Estado, nas estadias dos veículos apreendidos e recolhidos ao pátio do DETRAN.

Sem contar com o valor das multas e demais encargos que são também cobradas, temos conhecimento, que muitas vezes estas taxas de estadias superam o valor do veículo apreendido, como é o caso de certos veículos mais antigos e motocicletas, o que se torna um verdadeiro absurdo e exploração à população de nosso Estado.

Dentro de uma nova política administrativa que vem sendo adotada em nosso Estado, desde a implantação de uma nova filosofia político-partidária, e que encaminhamos essa solicitação, com a certeza de que encontrará eco nos meios governamentais, para se estabelecer mais um benefício à nossa sofrida população.

É o requerimento.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1984.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando informações técnicas sobre as possibilidades de atendimento e empenho para a concretização da pavimentação asfáltica interligando as localidades de São José, no Município de Santa Helena; Luz Marina e São Pedro no Município de Toledo e Santa Tereza no Município de Cascavel, conforme especificação em anexo.

Trata-se de uma antiga reivindicação da população daquela região que enfrenta sérios problemas em épocas de chuvas. De outro lado, além de vir a facilitar o escoamento das safras agrícolas serve de interligação com Cascavel, principal pólo regional e futuramente, segundo o traçado existente cruzará com a ferrovia da soja, interligando as regiões Oeste e Sudoeste ao Sul do País.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Sr. Diretor Presidente da COPEL — Companhia Paranaense de Energia, Ary Veloso Queiroz, através de Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, José Richa, reivindicando que as taxas cobradas às Prefeituras Municipais paranaenses, relativas à iluminação aplicada durante as festas de Natal, sejam equivalentes às taxas sob título iluminação pública.

Outrossim, REQUER, que da decisão desta Casa se dê conhecimento às suas excelências os Srs. Prefeitos Municipais e Presidente de Câmaras Municipais dos Municípios de: Umuarama, Maria Helena, Altônia, Cruzeiro do Oeste, Icaraíma, Pérola, Tapejara, São Jorge do Patrocínio, Douradina, Xambrê e Iporã.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

Às festas cristãs de natal e ano novo, todos os Governantes Municipais voltam-se às suas origens — às famílias — e devolvem mensagens ao Povo, dentre elas a iluminação especial de natal em vias públicas, praças, jardins e painéis natalinos.

Porém, faz-se necessário que a COPEL entenda que esse serviço aplicado pelas Prefeituras Municipais tenha caráter altamente social, aplicando sobre ele taxas iguais às cobradas na iluminação pública e não como as de consumo de particulares — mais caras e portanto, mais onerosas aos cofres municipais.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Sr. Titular da Polícia Militar do Estado do Paraná, através do Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, no intuito de que, mediante a realização de estudos apropriados, seja avaliada as reais condições de se criar e instalar um posto da companhia da polícia militar, na Municipalidade de Ubatatã.

Tornaria-se, talvez, dispensável relatar o progresso atualmente verificado no Município de Ubatatã, que recentemente, completou 23 anos de sua emancipação política e administrativa. No entanto, ante ao acelerado grau de desenvolvimento daquela cidade, necessário se faz avaliar mecanismos que correspondam à atual realidade sócio-econômica.

Neste sentido, no que se refere ao setor de segurança pública, torna-se urgente a instalação de uma companhia da polícia militar naquela cidade, tendo em vista que a mesma seria possível oferecer ao conjunto da população, maior segurança, em todos os sentidos.

Tal solicitação é de iniciativa do conceituado advogado Doutor Carlos Alves, que além de ter uma banca de advocacia, é responsável pela Chefia da CIRETRAN, também tendo uma intensa atividade política na cidade, sendo portanto, profundo conhecedor dos problemas de Ubatatã, bem como os anseios do seu povo.

Diante da exposição de motivos, espera-se dessa Polícia Militar e da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a atenção necessária ao que ora é pedido, que sem dúvida alguma trata-se de uma reivindicação por demais justa.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Sr. Diretor Presidente da COPEL — Companhia Paranaense de Energia, através do Excelentíssimo Sr. Secretário do Interior, objetivando o desenvolvimento de estudos no sentido de avaliar as possibilidades do parcelamento da dívida referente a obras de mudança e extensão da rede de energia elétrica existente na Municipalidade de Araruna.

A mudança da rede elétrica da avenida principal para as vias laterais e a extensão da rede de energia elétrica para os Distritos de Araruna, tratam-se de obras de grandiosa importância.

A COPEL, por sua vez, de acordo com levantamentos, elaborou o orçamento correspondente no valor de Cr\$... ..39.961.598 (Trinta e nove milhões, novecentos e sessenta e um mil e quinhentos e noventa e oito cruzeiros).

No entanto, tendo em vista a situação de dificuldades financeiras por que passa a Administração Municipal de Araruna, a mesma, não dispõe de recursos capazes de assegurar a realização de tais obras.

Portanto, o Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal de Araruna, Osvaldo Valarini está propondo o parcelamento do referido orçamento apresentado, única forma apontada como solução de tal problema.

Diante da exposição de motivos, é de se esperar dessa COPEL e da Secretaria de Estado do Interior o atendimento da reivindicação oriunda da Prefeitura Municipal de Araruna.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais da

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, inteiro teor do documento firmado por ocasião do X SIMPÓSIO NACIONAL DOS CONSELHOS DE ECONOMIA, realizado em Vitória - ES, nos dias 07 a 10 próximo passado.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição seja dada ciência da mesma ao Conselho Regional de Economia - 6ª Região/Paraná, à Federação Nacional dos Economistas, Conselho Federal de Economia e Sindicato dos Economistas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 321/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do poder Executivo autorizado a instituir o Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná - FUNCITEC.

§ único - O FUNCITEC reger-se-á por regulamento aprovado por decreto do Governador do Estado, terá sede e foro na cidade de Curitiba, duração indeterminada, sendo vinculado ao Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

Art. 2º - O FUNCITEC tem por finalidade promover os meios necessários ao Desenvolvimento de atividades Científicas e/ou Tecnológicas, capacitando financeiramente e oferecendo garantias às pessoas físicas ou jurídicas nacionais a executarem estudos, programas, projetos e outras atividades que tenham por objeto o desenvolvimento Científico e Tecnológico no Estado do Paraná, bem como o aperfeiçoamento de técnicas, processos e produtos e a absorção, utilização e difusão de tecnologias apropriadas à região.

Art. 3º - Constituem recursos do FUNCITEC:

- I - dotação anual do Governo do Estado consignada no orçamento e créditos adicionais que lhes sejam destinados;
- II - repasse de recursos advindos das instituições financeiras e de desenvolvimento do Estado do Paraná;
- III - recursos provenientes de incentivos fiscais;
- IV - auxílios, subvenções, contribuições, transferências e participações em convênios;
- V - recursos de convênios de cooperação técnica e financeira com entidades estaduais, nacionais e internacionais;
- VI - licenciamento de patentes de inventos financiados com recursos do FUNCITEC;
- VII - percentual sobre o faturamento de inventos financiados pelo FUNCITEC;
- VIII - rendimentos, acréscimos e juros provenientes da aplicação de seus recursos;
- IX - saldos de exercícios anteriores;
- X - recursos de outras fontes.

Art. 4º - A aplicação dos recursos do FUNCITEC far-se-á segundo as diretrizes e políticas estabelecidas pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

Art. 5º - Os recursos do FUNCITEC serão recolhidos diretamente ao Banco do Estado do Paraná S/A - BANESTADO - em conta especial, tendo como seu

gestor financeiro a Secretaria de Estado do Planejamento.

Art. 6º - Os projetos a serem financiados pelo FUNCITEC serão analisados tecnicamente pela Secretaria Executiva, pelas Câmaras especializadas e finalmente pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia - CONCITEC.

Art. 7º - O Chefe do Poder Executivo, através de decreto, estabelecerá as normas relativas à estruturação, organização e funcionamento do FUNCITEC.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1984.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

JUSTIFICATIVA:

No processo de desenvolvimento e consolidação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia do Paraná, está marcadamente presente no seio da comunidade científica paranaense, a reivindicação para que se crie um Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, institucionalizando-se o fomento como suporte básico para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado.

Seu objetivo básico é promover o apoio financeiro aos estudos, programas, projetos e pesquisas prioritárias, de desenvolvimento científico e tecnológico, em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Plano de Ação do Governo, no que se refere ao conteúdo de ciência e tecnologia, para contribuir ao desenvolvimento econômico, social e cultural do Estado do Paraná.

A criação deste Fundo prevê que as atividades em ciência e tecnologia sejam discutidas e aprovadas pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, cabendo à Secretaria Executiva e Câmaras Especiais que vierem a ser criadas, a análise técnica e econômica de projetos e de outras solicitações formuladas.

Os aspectos jurídicos relativos à concessão de recursos serão atendidos pela Assessoria Jurídica e os aspectos formais para o processamento de convênio serão assessorados pelo Grupo de Planejamento Setorial - GPS -, ambos da Secretaria do Planejamento.

O Banco do Estado do Paraná hospedará o Fundo e o gerenciará no que couber aos seus aspectos econômico-financeiro e jurídico.

Cabe salientar que será condição básica e essencial para deferimento de qualquer solicitação de apoio financeiro pelo FUNCITEC, a garantia de aplicação destes no Estado do Paraná.

É importante se ter sempre presente o caráter de risco com que devem ser encarados os investimentos em ciência e tecnologia, uma vez que não se tratam de atividades com resultados garantidamente viáveis, técnica e economicamente falando. Assim, as condições de financiamento pelo fundo deverão prever a inserção de fatores como: taxa de administração, garantias reais e correção plena.

O interesse do agente administrador do Fundo, será mantido à medida em que os recursos componentes de sua receita (percentual de lucro líquido de entidades financeiras; recursos do Governo do Estado, recursos provenientes de incentivos fiscais; recursos repassados do Governo Federal; contribuições; doações; renda da aplicação de bens patrimoniais; etc.) permanecerão em seu poder até serem repassados à entidades do Sistema Estadual além desta nova linha de atuação favorecer o surgimento de novos clientes.

Um regulamento Interno do Fundo será elaborado visando ser estabelecido uma sistemática de entrosamento das atividades dos agentes, mas também os prazos, periodicidade de pagamentos, controle de recursos do Fundo e aplicação desses, inclusive no mercado financeiro.

As normas de operação do Fundo definirão: finalidades, usuários, setores e segmentos de atuação, origem de receita, gestão operacional condições de financiamento e itens financeiros.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“O Brasil foi descoberto ao “GRITO” de um lúitano a bordo de uma caravela. “Terra a vista”, disse o português, num grito que reboou pelo Atlântico, no histórico 22 de abril de 1.500.

O “GRITO” da Independência foi dado a 7 de Setembro de 1.822 por D. Pedro I, às margens do riacho Ipiranga, que ao dizer a célebre frase “Independência ou Morte” proclamou a nossa independência ainda pendente.

E o “GRITO” continuava a possuir uma força muito abrangente em todos os aspectos e segmentos de nossa história. E foi ao “GRITO” dos gaúchos farroupilhas proclamada a República de Piratini. Getúlio Vargas, mais de uma vez, no “GRITO”, ganhou o governo, decretou a ditadura e mais tarde veio a ser eleito presidente. Humberto de Alencar Castello Branco ganhou no “GRITO”, e instalou no governo os militares no golpe de 1.964 até os nossos dias.

E o “GRITO” no aspecto político, e mais precisamente partidário, vai, aos poucos, perdendo a força devido a falta de nacionalismo daqueles que ainda pretendem ganhar no grito, passando por cima dos interesses da sociedade brasileira. O “GRITO” que ainda mantém sua força inabalável é o grito do torcedor nos estádios de futebol, mesmo com o “grito” ainda preso na garganta pela não conquista do último campeonato mundial de futebol. Outro aspecto social onde o “grito” ainda continua vencendo todas as dificuldades é o grito de carnaval, onde o povo, com ou sem dinheiro, com ou sem diretas, faz e participa das comemorações momescas durante três dias e três noites, seja qual for a máscara do governo.

Não obstante as várias citações, o “GRITO” vem perdendo a força, principalmente após os vinte anos de governo feito no grito, ainda mais agora, quando as oposições, após muito diálogo, resolveram unir-se a Tancredo Neves para fazer frente a um “grito” que está sendo ensaiado pelos “carnavalescos” pretendentes ao Palácio do Planalto com Paulo Maluf.

Mesmo assim o bloco político da situação governista tenta vencer no “grito” a Frente Democrática, formada pelos que aderiram à Aliança que facilmente vem isolando o “grito” dos malufistas que não deverá, temos certeza, encontrar eco, nem ouvidos para seus apelos de desespero em busca de embarcar as eleições, que apesar de indiretas serão vencidas pelas oposições, numa demonstração de que no “GRITO” do dia 15 de janeiro, o Brasil vai ouvir o anúncio de mudança geral contra aqueles que ainda tentam levar a vitória no “grito” contra o Grito de milhões de brasileiros que querem, exigem e esperam na transição que se nos abram os caminhos para uma democracia

plena. E o “grito” de Paulo Maluf deverá virar tema para música de escola de samba no grande carnaval de 85.

Vamos dar em 15 de janeiro o “Grito” diferente dos gritos de interesseiros; será o “GRITO” para a mudança de regime, de sistema e de governo: será o “GRITO” do povo contra os histéricos grupinhos de políticos que serão esquecidos e que desde já estão sem voz.”

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“No próximo dia 25 ocorrerá a inauguração da Usina Hidrelétrica “Januário de Napoli”, pertencente à BRASPAP — Cia. Brasileira de Papel e localizada no Município de Turvo, neste Estado.

Quando a tônica do noticiário econômico é marcado pelas notícias que se ocupam da crise e da recessão, um grupo de empresários paranaenses oferecem uma soberba prova de que o trabalho contínuo e marcado pelo idealismo é capaz de superar obstáculos aparentemente intransponíveis.

A Usina que será inaugurada no dia 25 tem capacidade para gerar 5.000 kva, sendo que nesta primeira fase já está produzindo 2.500 kva, abastecendo a fábrica de papel que a empresa possui no Município de Turvo. A construção da Usina durou quatro anos e, em valores atuais, ali foram aplicados seis bilhões e trezentos milhões de cruzeiros.

Essa empresa é responsável por um faturamento mensal de um bilhão e setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros. Parte da produção industrial é destinada ao mercado interno e 35 por cento é comercializada no exterior, gerando divisas para o País. Mensalmente, a BRASPAP recolhe aos cofres públicos 363 milhões de cruzeiros em tributos, sendo que desse total 83 milhões de cruzeiros são representados pelo ICM.

O produto básico da empresa é o cartão duplex, utilizado em embalagens. Para produzir uma média de 1.750 toneladas por mês, gera 240 empregos diretos e centenas de outros indiretos.

A BRASPAP integra o Grupo IBEMA, formado por dez empresas que são administradas pela Holgin IBEMA — Indústria Brasileira de Madeiras S/A. O Grupo IBEMA atua nos ramos de extração, industrialização de madeiras serradas, lâminas e compensadas, agricultura, pecuária, produção de sementes, papel e transportes. O patrimônio do Grupo atinge 25 bilhões de cruzeiros, com um faturamento médio de 4 bilhões de cruzeiros por mês, empregando diretamente 921 pessoas nas unidades comerciais, industriais e agropecuárias, que mantêm nos municípios de Ponta Grossa, Castro, Piraí do Sul, Guaraçuva, Distrito de Ibema no Município de Cascavel, e Turvo. Mensalmente, responde pelo recolhimento de 520 milhões de cruzeiros e impostos, sendo 127 milhões de ICM.

O Grupo IBEMA é de capital inteiramente paranaense e hoje é dirigido pelos empresários Ítalo Gomes Napoli, Ney Euirson Napoli, Renato Gomes Napoli, Alcides Luiz Sabedotti, Darci Miara e Miguel Maia Neto.

As atividades das empresas do Grupo IBEMA têm sido marcadas por algumas características incomuns: fé permanente no potencial econômico do Paraná; reaplicação dos lucros obtidos nas próprias atividades e sempre dentro do Estado do Paraná; confiança na capacidade do operário brasileiro; dispensando aos seus funcionários assistência permanente.

A inauguração da Usina Hidrelétrica representa a independência energética da fábrica de papel e a economia de divisas em favor da Nação. É o marco de uma história iniciada e vivida pela família Napoli, no Estado do Paraná. Muitos sacrifícios foram enfrentados e vencidos pelo saudoso Januário de Napoli e pelos seus dinâmicos filhos Ítalo Napoli, René Gomes Napoli, Ney Eurson Napoli e Renato Gomes Naopoli. Durante a jornada de trabalho e de muitos sacrifícios contaram com a colaboração decisiva dos diretores Alcides Luiz Sabedotti, Darci Miara e Miguel Maia Neto, bem como de seus quase mil funcionários.

Ocupando a tribuna desta Casa o faço para homenagear esses verdadeiros bandeirantes modernos do Paraná e para que dos Anais deste Legislativo conste parte da história escrita por esses empresários que orgulham o Paraná e sua gente.

Ao cumprimentar os diretores do Grupo IBEMA, tenho certeza de estar agindo em nome de todos os paranaenses que acreditam num Paraná mais pujante, mais forte e mais justo para com o seu povo”.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fiori Luiz.

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, inscrito.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — Sr. Presidente, declino no Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE — Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, inscrito.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não poderia ficar omissa ao pronunciamento feito ontem pelo nobre Deputado Tadeu França.

Não venho aqui fazer a defesa de um político, pois está hoje Jayme Canet filiado a outra corrente, que não é do meu Partido, mas venho para justificar a posição desse grande paranaense, desse grande homem público e como amigo, como seu vice-líder que fui, no seu governo, para dizer de que este pronunciamento não tem fundamento com as palavras, com o pronunciamento feito pelo ex-Governador na cidade de Cambira.

Tomei conhecimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que Jayme Canet, naquela oportunidade, disse que o Paraná não precisa de Reforma Agrária, porque aqui no Paraná, nós temos a autêntica Reforma Agrária. Não que seja contrário à Reforma Agrária, é favorável à Reforma no Brasil, mas o Paraná é um exemplo da reforma que se precisa, para o povo brasileiro. E podemos até classificar de demagógicas as medidas, os pronunciamentos adotados em querer afirmar que o Paraná precisa de uma reforma agrária.

Eu gostaria, daqueles que defendem a reforma agrária, que dissessem no Paraná qual o tipo de reforma, o que é que se precisa fazer em favor do agricultor. Nós que vivemos sempre no interior, que conhecemos a vida do pequeno agricultor, o que precisa mudar neste País é o que nós sabemos, é um dos países em que há um incentivo para que não se trabalhe. O pequeno agricultor, com 5 ou 10 alqueires, ele é incentivado a vender a sua propriedade, para aplicar o seu dinheiro na poupança, ou em outras fontes, porque parece ser mais rendoso.

Acontece que uma propriedade de 5 ou 6 alqueires,

hoje vale, no Paraná, mais de 100 milhões de cruzeiros, e que aplicado este recurso, terá um retorno mensal de 10 milhões, e que esta propriedade não atinge esta renda durante o ano.

Mas, o verdadeiro agricultor, nós temos aqui um exemplo do agricultor que foi premiado em Jardim Alegre, pelo INCRA, o Sr. Francisco Lange, com seis alqueires e meio, disse que trabalha sossegado e tranqüilo, porque não depende do financiamento do Banco.

Quando atrasa a sua colheita, ele também não tem compromisso, trabalha com sua família, com sua lavoura diversificada e tem sempre vivido bem, e satisfeito com a família, numa propriedade de seis alqueires e meio. Mas muitos vendem procurando os grandes centros, e lá a medida é sempre desagradável, e para tristeza deste agricultor, que nunca enfrentou estes grandes centros.

Mas podemos verificar no seu pronunciamento, que estamos sendo, progressivamente, uma densa colcha de retalhos, e que vêm se agarrando espantosamente, oportunistas de todos os matizes.

Tenho certeza de que o ex-Governador Jayme Canet não vem se agarrando ao PMDB, porque graças ao Jayme Canet, pode o PMDB fazer o seu governador do Estado; porque se não fosse a presença dele nesta campanha, a vitória seria do PDS. Mas, diz ainda, que os aplausos à condenação de uma reforma agrária, dentro do Partido que se chama PMDB, são os aplausos aos comboios, aos paranaenses desalojados, e que na pele dos nobres retirantes vão deixando, desiludidos, esta terra que supunham ser a da Promissão.

Sr. Presidente, em outra oportunidade, continuaremos. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por falta de tempo no Pequeno Expediente, não leremos na íntegra, a Carta Aberta de Amaral Neto aos bajuladores, aos homens que tiveram 20 anos mamando na teta do Poder; aos homens que usaram e abusaram deste coitado País e hoje saltaram, voaram como uns passarinhos, como o ilustre Chefe do Poder Executivo do Rio Grande do Sul e como tantos outros.

Queria apenas, Sr. Presidente, dar o meu testemunho, dentro da humildade peculiar dos homens do interior e do nosso conhecimento político.

Diz um belo companheiro, puxador de enxada, de mão calejada, que a política é jogo de interesse. Então, Amaral Neto, em sua carta, diz que o PDS não terminou: diminuiu. Saindo os vendilhões e saindo principalmente José Sarney. Este homem, que em um telegrama datado do dia 03 de maio de 84, teria mandado aos Deputados Federais do PDS: “Aos Deputados do PDS que votaram contra as “Diretas Já”. Eles praticam o terrorismo moral dos inimigos da democracia. É uma forma de revanchismo. E se eles chegarem ao poder — pergunta ele. Aos que discordarem, o que estaria reservado? Este procedimento, como prova que eles são revanchistas”. Assinado, José Sarney.

É este mesmo homem, como diz o caboclo da minha terra, com a cara deslavada que hoje pertence à agremiação dos homens que querem reformar o Brasil. Dos homens, Sr. Presidente, com ideal soberano da nossa Pátria, mas que se aliam

aos vendilhões do templo. Homens que foram buscar José Sarney. Onde está o patriotismo? Onde está o povo? Onde está aquela gente, aqueles milhares e milhares de brasileiros que tinham fé e esperança nos homens que iam às praças públicas proclamar "diretas já" e na primeira oportunidade, como a primeira traição ao povo, juntaram-se a Sarney e Aureliano Chaves; os homens que comandaram a infelicidade do Brasil. Os homens que são co-responsáveis pela inflação galopante e pela espiral inflacionária deste nosso País.

Onde está a moral dos homens que levaram à praça pública milhares e milhares de paranaenses? Milhares e milhares de brasileiros para agora concordarem com José Sarney? E nós continuamos, com o adágio popular — "Diga com quem anda e direi quem és".

Por isso, Sr. Presidente, é que no horário da Liderança do meu Partido, tenho a satisfação de ler a Carta Aberta de Amaral Neto ao Maluf e ao Brasil, porque os covardes, os vendilhões do templo, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa comunica a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso, inscrito no Pequeno Expediente.

Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida, inscrito no Grande Expediente.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "O Estatuto da Terra, a lei brasileira de Reforma Agrária, comemora 20 anos de existência no dia 30 de novembro próximo.

Os trabalhadores rurais, a Associação Brasileira de Reforma Agrária — ABRA, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG e diversas entidades, hão de lembrar esta data.

Muita gente tem dito que o Estatuto da Terra nunca foi cumprido, que é "letra morta".

Em primeiro lugar, é importante esclarecer que boa parte do Estatuto da Terra vem sendo cumprido. A Lei Federal 4504, de 30 de novembro de 1964 (anotem, 1964), é formada por quatro grandes Títulos, o primeiro e o quarto mais ou menos irrelevantes (Disposições Preliminares Gerais e Transitórias), o segundo dispondo sobre a Reforma Agrária e o Terceiro, cuidando da política de desenvolvimento rural.

Pois bem. Examinando o que foi feito nestes quatro quinquênios de frustrações, chega-se a uma realidade pior do que a do imobilismo: o Estatuto da Terra apenas tem sido cumprido na parte que interessa aos grandes proprietários, isto é, aos senhores da terra que já existiam ao tempo da promulgação da lei.

Sem falar na mudança do jogo (pequenos proprietários passaram a pagar mais imposto territorial rural que os grandes), a análise indica vasto elenco de benefícios estimulando fazendeiros e enriquecendo ainda mais os latifundiários — que continuam por exemplo, a receber crédito agrícola a juros negativos, ao arrepio da lei.

Quem viveu aqueles turbulentos dias de 1964, lembra-se que a idéia inicial do Presidente Castelo Branco era editar uma Lei de Reforma Agrária, pura e simplesmente.

As forças do feudalismo rural que ajudaram a deflagrar

o Golpe de 31 de março — o maior primeiro de abril da história do povo brasileiro — porém tão poderosas que logo obrigaram Castelo Branco a mudar sua estratégia: optar por uma lei mais abrangente que incluísse também dispositivos beneficiando os já proprietários.

A guinada significou, na verdade, uma barganha para aquietar a oposição e diminuir os problemas políticos que na ocasião não eram pequenos.

Dessa composição resultou um projeto abrangente que precisou inclusive buscar um nome igualmente amplo.

O Grupo de Trabalho do Senador Milton Campos ajudou na tarefa e emprestou a expressão "estatuto da terra".

Daí para a frente, os fatos são do conhecimento de todos e as análises até agora existentes, servem apenas para um balanço de 20 anos de descumprimento da lei na parte que diz respeito à Reforma Agrária e aos Sem-Terra.

Os outros títulos do Estatuto foram cumpridos, sim senhores, e alguns até ultrapassados: mas apenas na exata medida em que interessavam e ainda interessam aos já proprietários.

Através da participação de dirigentes sindicados, advogados, planejadores, sacerdotes e grande número de interessados, a ABRA tem ouvido os estudiosos.

As conclusões são muito tristes, como triste tem sido, neste País, tudo que trata de diminuir as desigualdades, amparar os pequenos, proteger os humildes.

A questão agrária brasileira não pode mais ser postergada, a sociedade tem assistido, no curso da sua história, a mais ampla discussão quanto a nossa realidade rural.

E, mesmo diante de uma conjuntura política em que estudiosos foram imensamente prejudicados ao emitirem posicionamentos que não correspondiam à pretensa verdade sócio-econômica dos donos do poder, jamais conseguiu-se — à luz da ciência — alienar as forças compromissadas na eliminação das causas que obstem o processo de desenvolvimento da agropecuária nacional.

É bem verdade que situações características de miséria social, persistentes ainda no País, reflexo direto do "modelo" econômico agrícola em vigência, herança do aprofundamento das contradições existentes na nossa estrutura agrária, sem que muitas das contribuições já oferecidas, pelas lideranças rurais brasileiras, tenham sido levadas em consideração no sentido da superação das causas retardatárias do próprio desenvolvimento.

Evidentemente que já se torna impossível esconder a crise em que se encontra mergulhada a agricultura nacional, reflexo das teorias de balão de ensaio que nos últimos tempos tem se constituído na matiz condicionante das "políticas" do setor agropecuário.

Por outro lado, a abordagem da problemática agropecuária nacional, de certo modo, mais que uma preocupação, se constitui, para todos nós em desafio, justamente porque a solução dos graves problemas que nos afligem passam por uma verdadeira revolução na agricultura.

E não obstante termos em vista questionar, com maior ênfase, o problema fundiário, procuramos relacioná-lo com as demais causas determinantes do subdesenvolvimento e que, por isso mesmo, merecem discussão, pois em conjunto, refletem a superestrutura política e social dominante.

O conceito tradicional de Reforma Agrária sempre se fazia — e ainda se o faz — acompanhar do aspecto da ocupação de espaços vazios, das terras públicas — sobretudo mediante processo de colonização — numa dimensão paternalista, com a

finalidade de atender aos princípios da justiça social.

O próprio governo, em outras épocas, reconhecia a inadequação da estrutura fundiária nacional, tendo, entre outros instrumentos, lançado a mensagem de Punta Del Este, criado o INCRA e o Estatuto da Terra, objetivando o seu aperfeiçoamento, de acordo com as aspirações de amplos segmentos representativos da sociedade brasileira.

Entretanto, como depõem as lideranças sindicais brasileiras, reunidas no Terceiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em 1979, as expectativas seguintes foram de decepção e frustrações, pois agravou-se a situação social dos trabalhadores e pequenos produtores rurais, ao mesmo tempo em que se consolidou a tríplice aliança: a dos estrategistas monetários com o latifúndio improdutivo e as grandes corporações multinacionais.

Segundo parâmetros oficiais, persistem a concentração de terras no País em favor de uma minoria não superior a dois por cento do contingente de estabelecimentos agrícolas (IBGE). Com um agravante: cresce a existência de grupos estrangeiros com acesso à terra no Brasil, num verdadeiro atentado à soberania nacional.

O conflito pela posse extravasa-se nos mais diferentes pontos do território e o INCRA, controlado pelas forças do latifúndio, apenas assiste ao seu crescimento em extensão e números.

Como decorrência da concentração das terras, os dados do último Censo Agropecuário (1980) mostram que apenas 0,9 por cento dos estabelecimentos de mais de 1.000 ha, detêm 45,1 por cento da área total, e que 82 por cento dos estabelecimentos que têm menos de 50 ha, detêm apenas 12,6 por cento da área total.

O quadro de desigualdade na distribuição da terra é gritante.

Os estabelecimentos de até 100 ha, somam aproximadamente 90 por cento do total e ocupam a exígua área de 20 por cento do total.

Entretanto, cumpre registrar, como resultado da concentração de terras em favor de minorias privilegiadas, que o País sucessivamente tem assistido a uma reversão de expectativas, pois paulatinamente deixa de caracterizar-se como exportador de excedente agrícolas, para importar, entre outros produtos, carne, leite, arroz, milho, feijão e até ervas medicinais. Em que obrigatoriamente, nesses produtos, inclusive as ervas medicinais, teríamos que ser autosuficientes.

Por outro lado, muito embora as estatísticas não sejam claras, sabe-se que a partir da ocupação de terras por lavou-
ras, que a maior produção agrícola brasileira, é decidida pelo pequeno produtor em índices percentuais superiores a 65 por cento.

Diante de um quadro em que os grandes produtores barganham maiores concessões de crédito e financiamentos, mesmo que não ofereçam contrapartida substancial de produção, como decorrência da política de crédito — anti-técnica e casuística. Pois respalda-se inteiramente, no fator garantia real.

Concedo aparte ao Deputado Sérgio Spada.

O Sr. Sérgio Spada — Nobre Deputado Márcio Almeida, é oportuno o vosso pronunciamento, numa hora em que no Brasil estamos vivendo uma fase pré-transição, porque este tipo de pronunciamento deve ser feito de Norte a Sul, de Leste a Oeste neste nosso Brasil, para que a bandeira — Reforma Agrária —

possa ser encampada até mesmo pela pressão dessas camadas menos favorecidas, que vivia da agricultura e hoje estão jogadas nas periferias das grandes cidades.

Nós sabemos a política econômica, agrária e a agrícola do Governo Federal, principalmente no período 70/80 foi desastroso. Uma das provas é que no Paraná um terço das pequenas propriedades sumiram, ou foram incorporadas ou agregadas em grandes propriedades. Resultado aí está: cidade como Curitiba sendo inchada, os bóias-frias no Paraná em número realmente alarmante, cerca de quinhentos mil, passando fome, sem emprego, vivendo em condição de vida sub-humana.

Portanto, nobre Deputado Márcio Almeida, eu lhe aparteio mais para endossar o discurso de Vossa Excelência que, além de oportuno, deve ser a tônica daqui para frente. Porque está na Reforma Agrária a solução de grande parte dos problemas que hoje está enfrentando a Nação brasileira. Meus parabéns, Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Agradeço com satisfação o aparte do nobre Deputado Sérgio Spada, cujas considerações tenho a honra de ter no contexto do nosso pronunciamento. E só realçando de que a importância com que esse tema venha a pontificar, na discussão e nos embates políticos desse processo de transição, cujo foco principal da sua discussão foi o próprio "Seminário Nacional de Agricultura", realizado aqui no Paraná há pouco mais de um mês. Em que a questão do Estatuto da Terra, naquela ocasião, também, a questão da reforma agrária, incluído nele, foi amplamente debatido e incorporado à proposta de Governo da candidatura Tancredo Neves.

Tenho a certeza de que a garantia, de que se passe a cumprir, efetivamente, as disposições desta lei, com os seus aperfeiçoamentos que fatalmente ocorrerão a partir de 85 e especialmente a partir da Assembléia Constituinte de 85, nós teremos perspectivas melhores de cumprimento daqueles dispositivos que de fato atendam os interesses. Porque, tenho certeza, são daquela parcela da representação de Vossa Excelência no Oeste do Paraná e dos contingentes de população sem terra e de bóias frias que têm na sua liderança a defesa dos seus interesses.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, algumas correntes contrárias à Reforma Agrária têm repetido que "o Paraná precisa de muitas coisas, menos de uma Reforma Agrária" e que "somos um modelo de agricultura de pequena escala e que é mal informado ou age de má-fé quem defende tal ideia".

Senhor Presidente, Senhores Deputados, desconhecer a triste realidade de tensão social que vive o homem do campo hoje no Paraná não condiz com a necessária análise científica e social da nossa realidade paranaense.

Foi o aumento constante dos focos de tensão social que obrigaram o Governo Federal a encaminhar, ao Congresso Nacional a Mensagem n.º 97, de 20 de outubro de 1981, que dispunha sobre a aquisição de imóveis rurais por usucapião especial.

No Boletim de Análise Conjuntural Out/Nov/81 do IPARDES, Instituição credenciada cientificamente no panorama nacional aqui do Governo do Estado, e notem bem, de 1981, às páginas 13 a 18, estão estampados os dados esterecedores que desmentem ou colocam numa ótica a nosso ver de fato comprometida com essa realidade social que são as mudanças necessárias na estrutura fundiária no Estado do

Paraná. Pasmem! Senhor Presidente, Senhores Deputados, no período de 1971/74 o Paraná registrou 157 casos de tensões sociais.

O INCRA/PR, em estudos realizados em 1980, registrou 270 casos de tensões sociais abrangendo 64 municípios paranaenses.

Segundo dados de diversas entidades signatárias do documento de lançamento de Campanha Nacional pela Reforma Agrária, no Estado do Paraná, "muitas são as lutas desenvolvidas pelos produtores rurais para garantir o direito de ocupar a terra para trabalhar, produzir e viver".

Podemos citar a Guerra do Contestado, quer dizer essa história de tensões sociais pela questão agrária no Paraná, vem já do início do século, quando da Guerra do Contestado em 1912, a luta dos Posseiros em Francisco Beltrão, em 57, o Levante de Porecatú e, 50, as ocupações de terras mais recentemente realizadas da Fazenda Anoni em Marmeleiro, da Fazenda Cavernoso, Fazenda Padroeira em Matelândia e a luta pelo reassentamento das 1.170 famílias de ilhéus, após terem sido expulsos das ilhas do Rio Paraná por causa da construção das usinas hidrelétricas.

O mesmo documento cita ainda que o "Estado do Paraná" com seu rápido crescimento econômico, principalmente na agricultura, ao longo dos últimos vinte anos, produziu também a miséria no campo e na cidade.

O desemprego urbano atinge hoje aproximadamente 300 mil trabalhadores, vítimas da recessão econômica e do arrocho salarial imposta pelo Fundo Monetário Internacional com o apoio do Governo, mas também vítima não só desta política recessionista, do arrocho salarial, mas vítima também de um modelo agrícola, de uma estrutura fundiária que não corresponde aos anseios e as necessidades da população paranaense.

Ainda o Paraná nos mostra um quadro triste com relação a sua atividade agropecuária: a existência como disse o nobre Deputado Sérgio Spada, em torno de 450 mil a 500 mil bóias-frias; de 400 mil assalariados permanentes; 200 mil parceiros e meeiros; de 100 mil filhos de pequenos produtores sem terra e o desaparecimento nos últimos 10 anos, de aproximadamente 180 mil pequenos proprietários.

Apesar dessa triste realidade, por outro lado, constata-se que existem 3 milhões 360 mil hectares de terras agricultáveis, mas que são mantidas improdutivas, ou seja, dos 15 milhões de hectares de terras agricultáveis do Estado do Paraná, 3 milhões e 360 mil deles são mantidos sem produção agrícola.

Confirma-se também que apenas, 0,83% dos produtores com propriedades acima de 500 hectares tem 32,46% de todas as terras paranaenses, ou seja: 3.805 produtores controlam 6.315.300 hectares de terras".

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Esta é uma situação que precisa ser mudada com urgência. Há cinco anos reuniram-se em Brasília 500 dirigentes sindicais e trabalhadores rurais de todo o Brasil. E essa é uma força política com que a sociedade brasileira, com que o Governo de transição Tancredo Neves a partir de março do ano que vem, com que as lideranças políticas do Paraná não podem desconhecer, que a posição desses dirigentes ficou tão clara, não só no repúdio à demagogia do então Ministro da Agricultura Delfim Neto, que foi vaiado pelo Plenário por ter dito que Reforma Agrária é assunto para economista desocupado, mas foram registradas as principais aspirações dos trabalhadores, num documento de mais de 100 laudas. Especificamente sobre Reforma

Agrária, o documento desse Congresso Sindical de Trabalhadores Rurais, aprofunda o tema em torno de 20 páginas do seu conteúdo.

Não vamos enumerar aqui as principais reivindicações dos trabalhadores porque, é do conhecimento dos homens do Governo, mas lhes citar alguns tópicos tais como terras públicas, discriminação de terras, posse, proteção sucessória, arrendamento e parceria, funcionamento da Justiça Agrária, desapropriação por utilização pública.

Estes são os principais pontos levantados pela nossa liderança sindical.

E não venha ninguém dizer que estamos agitando o meio rural. Não há como entender que uma realidade dessas e todo um trabalho político de discussão que já existe há anos no País possa ser fruto de tentativas de agitação do meio rural paranaense.

Estamos, apenas, proclamando o império da lei. A lei foi feita para ser cumprida; queremos vê-la respeitada.

Subversão, entendemos, é negar ou não querer enxergar a realidade que aí se encontra.

Subversão, entendemos, é procurar manter uma situação desumana em que o econômico predomina sobre o social e os interesses de poucos se sobreponham aos direitos da maioria.

Não é subversão defender alguém legitimamente, principalmente quando se trata da numerosa categoria dos trabalhadores rurais paranaenses e brasileiros.

Queremos lembrar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o chamado desenvolvimento agrícola é algo importante, mas que supõe o braço do trabalhador, esse trabalhador que neste mês de novembro vê mais uma vez transcorrer a data da promulgação do Estatuto da Terra que trouxe esperanças, que foi fruto de anos de luta do período pré-64 e que continua sendo anos de luta no seu cumprimento. Mas esse trabalhador que se identifica com a terra e que sente dentro de si a vibração profundamente humana de quem quer ver respeitados os frutos do seu suor.

A colonização é necessária, mas não a confundamos com a Reforma Agrária.

Uma não pode substituir a outra.

A Reforma Agrária se impõem aqui e agora; queiram ou não queiram os brasileiros equivocados; queiram ou não os interesses multinacionais; queiram ou não o Delfim Neto e seus caudatários da política econômica monetarista.

Vou ler somente dois artigos do Estatuto da Terra que até hoje não foram cumpridos. O artigo 2º diz o seguinte:

"É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra condicionada pela sua função social na forma prevista nesta Lei".

E o artigo 28: "O Fundo Nacional de Reforma Agrária será constituído:

I - Do produto de arrecadação da contribuição da melhoria cobrada pela União de acordo com a legislação vigente;

II - Da destinação específica de 3% da Receita Tributária da União".

Ora, 3% da Receita Tributária, a partir de 1964 é provavelmente uma quantidade de dinheiro maior que a dívida externa do Brasil.

Conseqüentemente, terra está comprovada demonstrada que existe.

Dinheiro estaria disponível na medida em que fosse devidamente cumprida essa destinação pelo artigo 28 da Lei do Estatuto da Terra.

Então por que não se faz a Reforma Agrária no País? Porque a aplicação do Estatuto da Terra, sem entrar em maiores considerações, depende de uma decisão política.

É nesse sentido, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, que no contexto de um processo de transição, à sucessão presidencial, quando recentemente se aprovou em seminário nacional, realizado aqui em Curitiba; as diretrizes para mudanças democráticas na agricultura e no meio ambiente, é que nós, nesta oportunidade, reiteramos mais uma vez, o compromisso do PMDB, o compromisso das lideranças sindicais de manter permanente a cobrança e o apelo para que a composição do próximo governo do País tenha, no cumprimento do Estatuto da Terra, na retomada daqueles compromissos que, estabelecidos de uma vez de forma legal, não vieram a ter o seu efeito na prática, possam ser a realidade no curto prazo de um País que se desenvolve do ponto de vista e que já pronuncia o esgotamento do modelo agrícola atual.

O pensamento dos trabalhadores rurais brasileiros é inegável que está neste momento voltado para as perspectivas de cumprimento pelo próximo Governo Tancredo Neves, dos compromissos firmados neste simpósio recentemente realizado.

A nossa intenção, ao trazer aqui hoje a discussão sobre o Estatuto da Terra, à guisa da comemoração que neste mês se faz dos vinte anos de sua promulgação, se prende também ao fato de recentemente se ter realizado em Vitória, Espírito Santo, o 1.º Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, cuja Carta de Vitória, texto de conclusões dos debates que ali se travaram por vários dias, aponta para a conclusão de que o próximo Governo deve desencadear, logo após a sua posse, um programa econômico de emergência voltado para atender as necessidades da população. Precisa centrar seus esforços em expandir a agricultura de alimentos, na reconversão do sistema de transportes e energia, em remodelar o serviço público e, sobretudo, atacar as grandes carências sociais de saneamento básico, educação saúde e construção popular.

Esta principal conclusão da Carta de Vitória, que reuniu cerca de 500 economistas do País todo e que, embasados por exemplo em dados como estes que achamos conveniente trazer para enriquecer as nossas análises.

Estudo realizado pelo IBGE, no Programa Nacional de Amostras por Domicílio, se faz a comparação entre os anos de 79 e 83, portanto, bastante recente, sobre a pauperização recente do povo brasileiro, onde se verifica que, de outubro de 79 a outubro de 83, a parcela dos brasileiros abaixo da linha de pobreza absoluta aumentou de cerca de 50% para 60%, da população economicamente ativa. Representando um incremento de 13 milhões e 500 mil brasileiros; que em 79 eram de 42 milhões, passou para, em 83, para 55 milhões de brasileiros. Ou seja, mais 13 milhões de brasileiros com uma renda per capita familiar abaixo de dois salários mínimos.

Além disto, abaixo de até meio salário mínimo, houve um acréscimo de 18% para 30%, total da população economicamente ativa. Ou seja, de 16 milhões e 900 mil, para 27 milhões e 900 mil. Ou seja, mais de 11 milhões de brasileiros a mais, em relação 79 para 83, que passaram a ter uma renda per capita de até meio salário mínimo.

Baseado nestes tipos de informações que se fundamentou, neste recente Congresso em Vitória, dos Economistas Brasileiros, a argumentação e o compromisso de se exigir, do próximo Governo da República, uma nova política agrícola e um efetivo cumprimento do Estatuto da Terra e da Reforma Agrária que o País exige.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Inicialmente, usará a tribuna o Deputado Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Propusemo-nos na tarde de hoje, a debater com os companheiros desta Casa a respeito do Colégio Eleitoral. Assunto explorado durante dias neste plenário, com defensores ardorosos das mudanças contínuas de regra de jogo, e com defensores também de que mais necessitamos na Nação são regras constantes que possam fortalecer as instituições democráticas brasileira.

Sejam regras justas ou injustas do ponto de vista de quem quer que seja, mas sejam regras constantes, perenes, para que possamos saber em que jogo vamos jogar e regidos por que tipo de normas a orientar esse mesmo jogo.

Quando nós vemos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, alegações constantes deste Plenário defendendo o que se propõe o PDS, no dia de amanhã, na condição de sua executiva a fixar a infidelidade partidária, a perda de mandato e a anulação do voto dos filiados daquela agremiação, no Colégio Eleitoral, nos propusemos a retroagir um pouco e avaliarmos em conjunto, todos nós num debate amplo, aberto e franco, sobre a forma que o Brasil se conduziu durante 20 anos em que se negou ao povo a escolha pelo voto direto e secreto do Presidente da República.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, quando hoje se condena o maior partido de oposição, o PMDB, de ir ao Colégio Eleitoral, após ver frustradas todas as expectativas de luta para restabelecimento da eleição direta para Presidente da República.

Quando se condena o PMDB de participar do Colégio Eleitoral, condena-se porque, vê-se claro e nítida a possibilidade de que o partido até então majoritário, não consegue mais manter a sua predominância no Colégio Eleitoral.

Mas, não se comenta e não se diz quem é o autor, quem criou o Colégio Eleitoral; quem pôs as normas do Colégio Eleitoral; para que ele serviu durante tantos e tantos anos.

O SR. GABRIEL MANOEL - Foi José Sarney.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Talvez, e alguns outros que com eles impuseram a ditadura nesta Nação.

Nasceu, Senhor Presidente, Senhores Deputados, pela Lei Complementar n.º 15 em 13 de agosto.

Não poderia nascer num dia melhor do que no dia 13 e no mês de agosto, a Lei Complementar n.º 15.

Mas, o que eu quero abordar aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é a sistemática mudança nas regras do jogo para poderem pôr a predominância do regime no poder.

Quando da Lei Complementar n.º 15, criada pelos detentores do poder na época, dizia no seu artigo 4, que: "competite ao Tribunal Superior Eleitoral com base no número de eleitores alistados até 30 de junho, fixar nos 40 dias seguintes os números dos delegados das Assembleias Legislativas.

Vejam bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, pela Lei Complementar n.º 15 de agosto de 1973 do Tribunal Superior Eleitoral, pelo número de eleitores inscritos em cada

Estado, fixavam o número de delegados de cada Estado ao Colégio Eleitoral.

Isso vale dizer, que havia, bem ou mal, uma representação eleitoral, de cada Estado, para o comparecimento no Colégio Eleitoral. Não seria o Estado de São Paulo, para citar um exemplo, dimensionado do mesmo tamanho no Colégio Eleitoral, do que o Acre, o Piauí, ou Estados menores. Mas, aí, como toda lei que serve a um único instante, o ato, a Lei Complementar número 15, só serviu para aquele determinado momento, porque naquela eleição, o crescimento do Partido de Oposição de então, o MDB, tendo vitória nos grandes centros da Nação Brasileira, de maior densidade eleitoral, fazendo Senadores e o número de Deputados Estaduais, em grande quantidade dos Estados de maior população eleitoral do Brasil, já não serviu mais, para confiança do regime, do sistema de que o Tribunal Superior Eleitoral pudesse continuar, votando na Nação pelo número de eleitores inscritos, a representatividade no Colégio Eleitoral. Mas foi fácil então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, foi fácil então garantir a permanência do regime no Poder. Bastou para tanto, que se editasse o Decreto Lei 1539, em 14 de abril, de 1977, novamente à véspera de uma eleição presidencial. E esse Decreto-Lei, Senhor Presidente, Senhores Deputados, mudou já o critério do jogo, já não valia mais o número de eleitores inscritos nos Estados brasileiros, porque o Nordeste, que seria e serve de sustentação ao regime, embora tendo habitantes, tinha um diminuto número de eleitores, e a fórmula mágica achada na época, para manter o regime e garantir a sucessão presidencial então, foi mudar, através de um decreto-lei, quando no seu artigo 4.º novamente, passou a dizer, que o Tribunal Superior Eleitoral, com base em dados demográficos, fornecidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, fixará até 30 de junho, o número de delegados às Assembléias Legislativas, obedecido o disposto do parágrafo segundo do Artigo 74 da Constituição.

Que mágica foi esta, Senhor Presidente, Senhores Deputados? Foi simplesmente pela percepção de que se mantivessemos representação no Colégio Eleitoral, pelo número de eleitores, e o MDB da época, tendo eleito um grande número de parlamentares, poria em risco a continuidade do sistema. Mudou-se por um Decreto-Lei. Já não era mais os eleitores inscritos. Passou-se então a nomear os delegados para o Colégio Eleitoral, pelo número de habitantes de cada Estado, para possibilitar que o Nordeste, à época, como tem habitantes e tem poucos eleitores, tivessem peso decisivo no Colégio Eleitoral, para manter a sucessão do regime. Mas, mesmo assim, as oposições no trabalho diuturno, de chamamento à opinião pública brasileira, de que o Regime estava afundando as esperanças deste grande País.

As Oposições no seu trabalho árduo, vigoroso mantiveram as suas pregações democráticas, livres e soberanas, e passaram uma vez mais a ameaçar a possibilidade de manter-se a maioria do Colégio Eleitoral para fazer sucessores. No novo casuísmo estava perto, e o novo casuísmo aconteceu. Bastou para tanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados que com a Emenda Constitucional n.º 22 se alterasse novamente o princípio, já não seria mais por números de eleitores, já não seria mais, também, por número de habitantes, porque os habitantes brasileiros estavam todos somando com a Oposição e passou-se a fixar no parágrafo segundo do Artigo 74 a disposição de cada Assembléia terá seis delegados do Partido Majoritário dentro dos seus membros.

Curitiba, terça, em 20/11/84

Aí estipulou-se o paradoxo jurídico da não representatividade do Colégio Eleitoral, porque se passou a dar seus votos para Assembléias Legislativas de Estados pujantes eleitoralmente e proporcionalmente com o mesmo número de delegados dos estados menores em número de habitantes e de eleitores da população.

Mas isso, também, já não mais pode fazer frente ao grande avanço, sopro nacional de democracia, de liberdade, de desejo, de mudanças de rumos desta Nação. Já não mais bastou seis delegados por Assembléias Legislativas, por que a vontade popular manifesta a cada instante nas concentrações públicas, na organização da sociedade, da participação ativa dos partidos minoritários, na demonstração altiva do povo brasileiro, pôs em cheque a representatividade do mandato de tantos quantos o detenham em nome da vontade popular. E hoje, mais do que nunca, fugindo ao critério do Congresso, fugindo ao critério do Tribunal Superior Eleitoral, fugindo até à vontade de agremiação partidária do PDS, se tenta, talvez, o maior dos golpes políticos praticados sobre a Nação brasileira, que é a de se criar pela vontade de uma corrente política nacional, o voto infiel. Já dito pelo Tribunal que não existe em Colégio Eleitoral, mas, mais do que isso, pretende-se além de exigir a fidelidade do Parlamentar, quer-se mais do que isso, quer-se o sacrilégio jurídico de anular o voto antes mesmo de ser dado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, é justa a vontade do grupo do candidato do PDS, Paulo Salim Maluf, de tentar de toda forma rearticular o seu partido para marchar em bloco ao Colégio Eleitoral. É justa a vontade de qualquer candidato de lutar com as armas que tem para tentar a vitória, porque afinal de contas, quem se inscreve para lutar pela vitória daqueles que o seguem. Mas, não é justo querer impor à Nação brasileira o arrepio da lei. O arbítrio, não mais político, o arbítrio jurídico de querer sobrepor uma convenção partidária acima da própria lei ditada pelo Supremo Tribunal Eleitoral.

O Sr. Gabriel Manoel (Assentimento) - Dizia um velho amigo nosso, Deputado Aníbal Khury, "cada terra com seu uso, cada roca com seu fuso". Cada partido com sua teoria, com seus chefes, com suas diretrizes. Agora, este conselho que Vossa Excelência está dando para o PDS vai nos valer muito, só que é uma ingerência indébita, Vossa Excelência tem que se ater com o PMDB, deixe os outros viverem. Muito obrigado, Deputado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Concorde plenamente, só retifico que não é Conselho. Estou aqui argumentando o arbítrio, o despropósito jurídico que se quer impor sobre a Nação, e contra a decisão do Supremo Tribunal Eleitoral, não mais votando emendas constitucionais pelo Congresso Nacional. Não mais se ouvindo o Parlamento Brasileiro, para se votar tantas leis, como foram mudadas. Hoje, apenas um partido está querendo mudar as regras do jogo.

Ora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não permitir a um Parlamentar o livre exercício do seu voto, é o arbítrio maior, é a negação do Parlamento, é a negação do direito de representatividade; querer se impor que o voto tenha que ser dado, isso não nos exige sequer, ir ao Colégio Eleitoral. Bastaria somarmos qual o partido que é majoritário, e declararmos o Presidente da República, porque todos os parlamentares daquele partido estariam pela força imperiosa de uma Convenção que fecha questão num nome, obrigados a votar e computados estes votos para efeito de Colégio Eleitoral. Nós podemos brigar politicamente, nós podemos querer

a vitória do nosso candidato, nós podemos, é evidente, tentarmos todas as jogadas possíveis e impossíveis, em defesa das teses que nos propusemos a batalhar. Mas, nós não queremos não podemos admitir, que se queira mudar a Legislação, tão frágil, brasileira. Esse País, que na sua própria Constituição, já é uma colcha de retalhos; esse País que tem a sua maior dificuldade de se impor como Nação, exatamente pela inexistência de uma Constituição firme, nós venhamos querer fazer agora, o absurdo de uma convenção partidária se sobrepor a uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral, e fazer impor a vontade, não da cassação do mandato daquele que por ventura for infiel, mas pasmem, da cassação do voto, exatamente o agente que irá caracterizar a infidelidade.

Concedo o aparte ao Deputado Rubens Bueno, que estava inscrito anteriormente.

O Sr. Rubens Bueno - Deputado Caíto Quintana, Vossa Excelência traz ao Plenário, nesta tarde um assunto palpitante, porque nos últimos 20 anos de pacote em pacote, esse Governo transformou este País num grande embrulho. Basta lembrar o "pacote de abril", quando imposto à Nação, exatamente com as desculpas de uma pseudo reforma do Poder Judiciário.

E hoje, estamos analisando o resultado do apressamento da criação de dois Estados no País, a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, e a criação do Estado de Rondônia, porque segundo os entendidos do Palácio do Planalto, no Mato Grosso do Sul seria fácil ganhar eleição, com o então corrupto, Senhor Pedro Petrocian, conhecido de todo o País. E depois também em Rondônia, onde mesmo o PDS ganhando as eleições, foi possível conquistar três cadeiras no Senado, e a maioria na Câmara Federal. Bilhões e bilhões de cruzeiros foram investidos na criação destes Estados, exatamente para tentar manter a maioria folgada na Câmara Federal e no Senado Federal.

Mas, Vossa Excelência está se importando, neste instante, sobre a fidelidade partidária. E se nós voltarmos ao tempo, vamos lembrar do que aconteceu, quando da criação do instituto da fidelidade partidária.

Foi criado exatamente para derrotar o então professor Sidney Lima, que era candidato ao Rio Grande do Sul, e que não podia, daquela maneira, porque tinha Deputados da ARENA que queriam votar no então professor Sidney Lima, por ser o Governador do Rio Grande do Sul. E o que aconteceu? o Governo Federal instituiu a fidelidade partidária, e com isto foi possível, não só através deste instrumento, mas, também cassando três Deputados Estaduais da ARENA de então, do Rio Grande do Sul, foi possível eleger o Coronel Perachi Barcelos, Governador do Rio Grande do Sul.

Vossa Excelência ao vir, ao trazer a este Plenário, um assunto palpitante como este, lembrando, refrescando a memória daqueles que estão casuisticamente, ao sabor de a cada eleição às mudanças das regras do jogo, não ser permitido agora, e inclusive agora, em que a esperteza demais vira o bicho, está comendo o dono; e as oposições estão fazendo exatamente destes instrumentos os casuísmos, para acabar definitivamente com este regime que se apodreceu de velho. Muito obrigado, Vossa Excelência está de parabéns pelo pronunciamento.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço o aparte Deputado Rubens Bueno, e concedo o aparte ao Deputado Jorge Amin Filho.

O Sr. Jorge Amin Filho - Nobre Deputado Caíto Quintana, tenho a impressão que Vossa Excelência não está interpretando, da maneira como deve ser interpretada, a reunião do PDS amanhã, para fechamento de questão.

Vamos recordar, foi feito uma consulta ao Supremo Tribunal Eleitoral, por um Deputado, o qual me falha a memória o seu nome, perguntando...

O Sr. Rubens Bueno - Geraldo Renaux.

O Sr. Jorge Amin Filho - Muito obrigado, nobre Deputado, perguntando se a Mesa do Congresso teria poderes de anular o voto infiel. E a resposta, obviamente, logicamente e juridicamente foi negativa, dizendo que não podia.

Mas, Vossa Excelência está confundindo o fechamento de questão, com uma nova consulta ao Supremo Tribunal. É intenção do PDS, se fechar questão amanhã, não fazer consulta ao Supremo Tribunal Eleitoral. Não pedindo para que seja cassado o seu voto no momento da votação, mas, sim, para que ele seja punido após a reunião do Colégio Eleitoral, se vier contra as diretrizes do Partido.

Essa é uma fórmula.

Esta é uma arma que o PDS tenta jogar com ela, porque nós sabemos que, constitucionalmente ela é legal; ela é legal; e tão legal que foi aplicada em anos anteriores aqui na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Então, concordo com parte do discurso de Vossa Excelência, quando o candidato Paulo Maluf tenta de todas as formas fazer um jogo para ganhar as eleições, como também fazem as Oposições.

Esta parte é legal.

Quanto à afirmativa de Vossa Excelência de que o Partido irá fixar diretrizes e pedir anulação do voto pela Mesa do Senado, acho que ela está sendo um pouco precipitada por Vossa Excelência.

Vamos esperar correr os fatos, passar o tempo, para discutirmos este assunto. Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Jorge Amin Maia Filho, com todo respeito e admiração e amizade que lhe devoto, a afirmação de anulação do voto eu ouvi e o Brasil inteiro ouviu exatamente do candidato à Presidência da República, pelo PDS, Paulo Salim Maluf.

É a tentativa derradeira da anulação do voto de quem praticar infidelidade partidária.

Vi essa afirmativa e li essa afirmativa exatamente do candidato à Presidência do PDS.

Mas, nobre Deputado, aqui nesta Assembleia, quando o posicionamento de bancada em votações do partido, foi fixado o fechamento de questão por parte do partido. Mas, o Tribunal Superior Eleitoral, respondendo à consulta do Parlamentar pedessista, deixou claro e insofismável de 7 votos a zero, de que, em COLÉGIO ELEITORAL, não existe infidelidade partidária. Seria o cerceamento total de liberdade do Parlamentar, Deus do Céu!

Quem seríamos nós, mas quem seríamos nós, Parlamentares brasileiros, se tivéssemos impingidos a termos que votar num candidato no Colégio Eleitoral por imposição partidária!

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço o parte de Vossa Excelência e gostaria, neste instante, Deputado, de dizer que nós vivemos um momento

em que se registra um episódio de 1982, quando também os altos escalões do Governo, atestavam que era impossível a incorporação do PP e do PMDB e através do julgamento do Superior Tribunal Eleitoral, esta incorporação foi concretizada.

E, hoje, este episódio se revive neste País, novamente, quando alguns Parlamentares do PDS, e até mesmo o presidente Paulo Salim Maluf, que persiste na tese da fidelidade partidária, mas jamais nós poderíamos ir contra a um poder que tem todo o seu respeito de decisão a decidir que os Deputados terão livre acesso ao seu voto ao Colégio Eleitoral.

Então, nós analisamos que este episódio ocorreu em 1982, e que, na verdade, houve o respaldo do Supremo Tribunal Eleitoral, e que hoje, existe também este respaldo, de que, na verdade, os candidatos do PDS procuram de forma a deturpar, apenas querendo haver um confronto de poder, onde seria um desrespeito total principalmente à Nação Brasileira.

Então é isto, nobre Deputado, que este episódio ocorreu em 82, tentam, da mesma forma, segundo quando Vossa Excelência apartado pelo Deputado Jorge Maia Filho, dizendo que, "as últimas armas que o Paulo Maluf tem a recorrer", mas estas armas realmente já estão negando fogo porque, na verdade, a Nação brasileira, a população brasileira já se conscientizou da verdade e da verdadeira vitória massacrante que é, de Tancredo Neves assumir a Presidência da República, em 15 de janeiro de 1985!

Muito obrigado, Deputado, pelo aparte.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu agradeço o aparte.

O Sr. Jorge Maia Filho - Nobre Deputado, apenas uma correção dirigida ao meu grande amigo Deputado Dirceu Manfrinato: não foi da minha boca que saíram as palavras "as últimas armas do presidente Paulo Maluf".

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para concluir, Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu quero resgatar o que anteriormente foi dito.

Hoje se tenta, ao arrepio da lei, ao arrepio do Congresso Nacional, à própria vontade do sistema, que não endossa essa tese e à grande parte inclusive do próprio PDS que não concorda com o desmoronar totalmente, perante a Nação, a imagem do Partido, porque, Fechar Questão nesse momento com respeito a fidelidade partidária, perder, como partido, o próprio respeito perante a opinião pública nacional, tenta-se, através de uma corrente, e escrevam, Sennor Presidente, Senhores Deputados de ambas as Bancadas, aqui presentes, o tumulto que será a reunião do PDS, de amanhã na tentativa de Fechamento de Questão, porque sobram ainda, políticos dentro daquela agremiação, que sabem que, todas as armas devem ser usadas, mas, nem todas valorizam uma agremiação partidária! É muito mais digno perante a opinião pública, perder-se um pleito, com decência, do que tentar ganhá-lo, através de artifícios condenáveis pela própria legislação.

Em virtude do tempo ter-se gasto nesse assunto, eu só pretendo voltar a essa tribuna, para avaliar-mos e discutirmos amplamente, com a Bancada do PMDB e do PDS também, a respeito das acusações sistemáticas e constantes que tem recebido o candidato Tancredo Neves, de não ter planos de Governo; vamos analisar em conjunto, Senhor Presidente Senhores Deputados, o que é plano de Governo, o que é diretriz partidária, se, os Seminários que o PMDB tem feito em

todos os quadrantes da Nação buscando diretrizes para um Governo democrático, ou se são os "livretos" mensais distribuídos pelo candidato Paulo Salim Maluf, sem discussão nenhuma com a comunidade, mostrando, uma vez mais, a prepotência e a vontade de impor leis ao arrepio da vontade popular!

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PDS, se fará uso do horário que lhe é reservado. (Pausa).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Deputado Caíto Quintana, um homem inteligente, homem do interior como nós, só que como diz o velho ditado popular "a ingerência indébita na seara alheia é meio complicada de engolir".

Ele está nos defendendo, está defendendo a sobrevivência do PDS; está defendendo os traidores que hoje fazem parte da sua grei. Os nossos agradecimentos, Deputado Caíto Quintana, só que Vossa Excelência está misturando alhos com bugalhos, está misturando "caçada de tatu com serenata", porque Vossa Excelência sabe que não foi uma decisão do Tribunal, foi uma decisão jurídica, foi apenas, Deputado Caíto Quintana, para que Vossa Excelência não continue a iludir a opinião pública, uma consulta ao Tribunal Eleitoral e consulta não quer dizer decisão, consulta não é ato jurídico, consulta sabe bem Vossa Excelência, que nesta maneira de falar, nesta maneira de procurar iludir, nesta maneira da ingerência indébita que nós não tivemos quando Tancredo Neves fechou questão para o PMDB, onde estava Vossa Excelência naquela época? Naquela época não era amoral ou imoral. Naquela época em que Tancredo Neves fez aliança com Antoninho "Malvadeza", o homem que tem cruzeiros e cruzeiros no revólver, de tanto mandar matar os baianos, na época em que Tancredo Neves fez a maior coligação com o maior latifundiário do Maranhão, que é José Sarney. Como pode o Deputado Márcio Almeida falar em Reforma Agrária, quando tem em seu bojo e como timoneiro desta aliança expúria, um José Sarney?

Como pode falar em Reforma Agrária se a metade do Maranhão pertence ao latifúndio improdutivo deste homem? Quantos e quantos latifundiários estão do lado de lá?

Deveria o Deputado Márcio Almeida ter mais cuidado ao defender a Reforma Agrária que também nós defendemos, mas quando falar em Reforma Agrária, não fale em Tancredo Neves, porque o seu sucessor legítimo, caso seja eleito por uma calamidade pública, será o maior latifundiário do Brasil, acompanhado de todos os traidores do PDS, inclusive o ex-Governador da Bahia.

Como pode um José Sarney fazer Reforma Agrária, ou será "outro canto de sereia", Sr. Presidente, das "Diretas-Já".

Um erro não justifica o outro. Quantos e quantos de Vossas Excelências que assomaram esta tribuna e criticaram o Colégio Eleitoral, hoje estão como "louva-a-Deus" dizendo que ele é legítimo.

Como pode o povo brasileiro, o povo paranaense, confiar nesta política?

Como pode, veladamente, o Deputado Márcio Almeida vir criticar o maior Governador que o Paraná teve?

Como pode criticar o homem que deu respaldo que foi o carro-chefe da campanha do Governador José Richa? É bem louvável quando dizem, "que quem come e vira o cocho é

ingrato." Canet seria até ontem, mas, queiram ou não queiram Vossa Excelência, Canet há de ser o futuro Governador do Paraná; Canet há de ser o Governador pela vontade do povo paranaense, não por um Colégio Eleitoral espúrio, não por um Colégio Eleitoral que era condenado ontem por Vossas Excelências e hoje acham bonito.

A traição por José Samey. Eles nos traíram e vão trair o PMDB. Eles nos traíram, Deputado Manfrinato e vocês também não serão traídos graças a Paulo Maluf. Diz o Deputado Caíto Quintana, fora a festa no Colégio Eleitoral, eles estão repetindo o mesmo erro, um erro não justifica o outro. Por que esta loucura, este nervosismo, quando se fecha a questão para que os fiéis que foram eleitos pelo PDS, sejam fiéis, e os infiéis que traíram, para que não continuem traindo. Para que o "judas" do PDS não seja o "judas" amanhã, do PMDB.

Por que esta aliança espúria? Talvez seja para guinar o Poder. O Deputado Caíto Quintana perdeu a oportunidade de ficar quieto. O Deputado Márcio Almeida ao falar em Tancredo Neves e Reforma Agrária, talvez esteja mal informado. Tenho o máximo respeito por esses grandes Deputados que vieram a esta Assembléia Legislativa, mas que ontem, Sr. Presidente, estiveram nas ruas a pedir eleição direta. Dizendo que o Colégio Eleitoral era espúrio, dizendo que o povo precisa participar. Qual é a legitimidade dos que estiveram na praça pública trazendo a Fafá de Belém? Trazendo os artistas para iludir o povo e hoje, ...

O Sr. Dirceu Manfrinato — Concede um aparte, Sr. Deputado?

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, peça ao Deputado que tenha um pouco de paciência.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa informa ao Plenário que o aparte o Deputado que está na tribuna, concede ou não.

O SR. GABRIEL MANOEL — Então esta festa no Colégio Eleitoral, esta festa que não pertence ao povo, mas que agora é assimilada pela própria Bancada do PMDB e com muita razão.

Mas, "ouvir é prata e calar é ouro".

Deputado Caíto Quintana, Vossa Excelência esteve em praça pública a dizer que o Colégio Eleitoral era espúrio. Agora vem desta tribuna a dizer que ele é legítimo, na ingerência indebita de vir ao nosso Partido dizer qual a direção que nós teremos que seguir.

Eminente Deputado Caíto Quintana, queria que Vossa Excelência me perdoasse, que o Deputado Manfrinato, que no seu afoitismo tivesse um pouco de paciência. A ingerência indebita de querer consertar o nosso partido, nós vamos erguer um monumento ao Deputado Caíto Quintana. Hoje telegrafaremos para Brasília dizendo que ele está procurando, que o PDS continue na sua marcha da vitória. Ontem, o Colégio Eleitoral era espúrio, hoje, é válido, porque com o "canto da sereia", eles estão achando que nós não podemos fechar questão, mas podia Tancredo Neves fechar questão como fechou e os louva-a-Deus continuaram a louvar.

Então, Deputado Caíto Quintana, eu queria convidar Vossa Excelência, amanhã, para fechamento da questão, e quem foi eleito pelo PDS tem que fazer como a nossa bancada, tem que ser homem. O nosso pessoal nos mandou aqui, porque nós fomos eleitos pelo PDS, como Vossa Excelência foi eleito

pelo PMDB. E a traição, Deputado Caíto Quintana, não está no seu pensamento, e nem no nosso.

Vossa Excelência não serve para ser "judas". Agora, os "judas" que nos traíram que percam com Tancredo Neves. Os "judas" que mamaram na teta por mais de 20 anos, estão começando a vislumbrar a vitória de Paulo Maluf no desespero do seu discurso.

Isto para nós é gratificante, Deputado Caíto Quintana. Vossa Excelência nos trouxe um sopro de esperança a mais, é o Brasil-esperança que vem aí. É o futuro, Deputado Caíto Quintana, é a juventude que há de imperar neste País, porque o homem que 55 anos de Governo que mudava de partido como quem muda de camisa; o homem que levou Getúlio Vargas ao suicídio; o homem que levou o grande Governador Leonel Brizola ao exílio; o homem que não soube conjugar as forças de Jango Goulart; este homem foi Ministro, este homem foi, fez e desfez o Brasil.

E se Vossa Excelência me mostrar uma obra que este homem fez pelo Brasil, eu renuncio ao meu mandato. Quero que Vossa Excelência, de público, mostre uma obra que o Sr. Tancredo Neves fez ao Brasil. Ele que faça como Jayme Canet Júnior, pois em todos os quadrantes do Paraná existe uma obra do governo dinâmico de um homem que hoje é criticado pela própria bancada de Vossa Excelência.

Se Vossa Excelência, Deputado Caíto Quintana, me mostrar uma obra do seu candidato à Presidência da República, eu ficarei quieto e não falarei mais desta tribuna, ou então a "vaca foi para o brejo", com cabresto e tudo, Deputado.

As nossas perguntas, Deputado Caíto Quintana, embora Vossa Excelência, um moço ilustrado, Vossa Excelência que tem a sabedoria popular, um moço que veio a esta tribuna, veio a esta Assembléia pela vontade soberana do povo, não pelo Colégio Eleitoral, merece o nosso respeito e pedimos encarecidamente, em nome do bom senso, não interfira em seara alheia, cuide de sua casa que nós cuidamos da nossa.

O Sr. Nelson Buffara — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

O que existe efetivamente a nível de sucessão presidencial, é um temor gigantesco à figura de Paulo Maluf. Paulo Maluf até então é imbatível, até então ele só deu demonstrações de que é um grande administrador, um homem de uma capacidade extraordinária, e para honra minha, é descendente de árabe e como eu sou, Vossa Excelência também o é; é orgulho para mim, Deputado Gabriel Manoel, como é para Vossa Excelência, dos nossos antepassados.

A imprensa maldosa deste País, que por motivos óbvios vem fazendo uma campanha sistemática contra Paulo Maluf.

Esta imprensa que, por interesses excusos, eu tenho as minhas dúvidas por que razão certos órgãos de imprensa, diariamente, Deputado Gabriel Manoel, através de todo o seu corpo de redatores, redige editoriais diários violentamente contra Paulo Maluf. Eu indago por que razão, eu indago e respondo Vossa Excelência, porque Paulo Maluf é um homem que vai, Deus queira, e para felicidade do Brasil, gerir os destinos desta Pátria. Graças ao que vai ocorrer amanhã, será preservada a fidelidade do Colégio Eleitoral, Deputado Gabriel Manoel, quer queira quer não, os nossos opositores, porque o que eles querem é mamar nas nossas tetos, querem é, isto sim, que os Deputados eleitos pelo PDS votem no candidato deles. E eu pergunto a Vossa Excelência: eles haveriam de querer que Deputados e Senadores peemedebistas votassem em Paulo Maluf? É evidente

que não. Eles não gostariam e chamariam de traidores, como nós chamamos hoje os que pensam que podem votar contra Paulo Maluf, tranquilamente, passivamente. Esses são traidores, mas, amanhã, a questão fechada, e eles terão o mandato cassado se não votarem em Paulo Maluf para Presidente da República. E se eu tivesse poderes, iria muito além do que cassar o mandato destes Deputados; cassaria o direito político deles por dez anos, por infidelidade partidária, porque eles são, na acepção da palavra, infiéis e sem vergonhas, porque quem elege pelo PDS tem que cevar, tem que cultivar, preservar a doutrina do Partido sob pena de ser cassado, o que vai acontecer com eles amanhã, com esses Deputados e Senadores.

Portanto, nada mais justo, nada mais coerente, nada mais decente do que forçá-los a votarem no candidato que venceu na Convenção com esses Deputados e Senadores presentes, vencer o voto deles. Portanto, democracia o que é? Minoria respeitando a Maioria.

Portanto, a Minoria que perdeu a eleição da Convenção — em que Maluf foi vencedor, deve votar nele quer queira, quer não.

Agradeço o aparte, Deputado Gabriel Manoel, porque quem conhece o seu íntimo, como eu conheço, dá a Vossa Excelência o valor que realmente Vossa Excelência merece.

Vossa Excelência é um homem puro, um homem que tem, na sua sabedoria, procurado dar a esta Casa demonstrações de coerência, demonstrações de fidelidade.

Portanto, eu sou admirador de Vossa Excelência, e, receba os meus cumprimentos por estar abordando uma tese tão importante que amanhã será, para desagrado dos Deputados do PMDB, o resultado seguinte: fidelidade partidária com a cassação dos Deputados e Senadores que não votarem em Paulo Maluf. Isto vai acontecer quer queiram, quer não.

Muito obrigado, Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Agradeço, Deputado Nelson Buffara. Falando mais uma vez...

O Sr. Dirceu Manfrinato — Eu estou aguardando o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado.

O SR. GABRIEL MANOEL — Aguarde com paciência, porque "paciência e caldo de galinha não fazem mal a ninguém".

Dizia mais uma vez o Deputado Anibal Khury: guerra é guerra, e o pessoal do PMDB não sabe que guerra é guerra.

O Sr. Donato Gulin — Concede-me um aparte, nobre Deputado? (Assentimento).

Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado, e até diria o seguinte: eu sou contra a reunião que se fará amanhã, no Diretório Nacional do PDS. Por que eu sou contra? Porque nós não somos candidatos individuais. Nós somos candidatos de um Partido, é o Partido que nos lança candidato a qualquer cargo eletivo. Nós temos um compromisso maior com esse Partido. Se, hoje, a classe política brasileira é desprestigiada e desacreditada é, graças a pessoas, a políticos, políticos esses que nem esse adjetivo merecem. Há pessoas como essas que se elegeram por um Partido, e que na hora da decisão do seu voto, saem, abandonam, se refugiam.

Como nós dizíamos ontem, repetimos hoje: estes são ratos e devem morrer dentro d'água, devem morrer afogados. E nós estamos aqui para fazer com que isto aconteça.

Vossa Excelência falou há pouco que uma das grandes

metas do PMDB, em termos nacionais, é a Reforma Agrária.

Então, que essa Reforma Agrária comece pelo Senhor José Sarney, que comece pelo Maranhão e que venha descendo em todos os Estados, onde esses Governadores que estão apoiando o PMDB, façam Reforma Agrária de suas áreas, e que chegue até o Sul. Aí sim nós concordamos com Reforma Agrária. Faça-se a Reforma Agrária dentro de casa, primeiro, para depois extrapolar.

E mais, se o nosso candidato Tancredo Neves tem medo do fechamento de questão do PDS, ele se esquece que em 1978, na eleição de Euler Bentes, ele foi o primeiro a solicitar o fechamento de questão dentro do PMDB. E que todo o Parlamentar, Deputado Federal, ou Senador, que não comparecesse à eleição, não só não votasse contra, mas que não comparecesse à eleição, fosse expulso do partido e, automaticamente, cassado o seu mandato. É isto que queremos. Queremos simplesmente que se cumpra a lei partidária. Queremos que aqueles que foram eleitos por um partido, sejam honestos consigo mesmos e vão, no dia da votação, votar no candidato do seu partido. Se assim não fizerem, não merecem o nome de políticos, não merecem o cargo para o qual foram eleitos pelo povo e devem ser cassados.

Era só.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência vem ilustrar este modesto pronunciamento...

O Sr. Dirceu Manfrinato — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência vem ilustrar com seu aparte o meu pronunciamento, dentro da modéstia peculiar...

O Sr. Dirceu Manfrinato — Vossa Excelência esqueceu do meu aparte?

O SR. GABRIEL MANOEL — ... deste Deputado do interior. Os fins justificam os meios.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Isto é resquício do AI-5.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa solicita aos Srs. Deputados que, ao pretenderem apartear o orador que se encontra na tribuna, o façam na forma regimental.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Muito obrigado pelo aparte que Vossa Excelência me deu ...

O SR. GABRIEL MANOEL — Encantado.

O Sr. Dirceu Manfrinato — ... e quero elogiar Vossa Excelência...

O SR. GABRIEL MANOEL — Muito obrigado, pela democracia paraguaia...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Faz soar os tímpanos.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Não sei porquê a Presidência me casou a palavra quando o nobre Deputado me deu o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa esclarece ao Plenário que não cassou a palavra do Deputado. E esclarece mais uma vez que o Deputado que se encontra na tribuna pode, ou não, conceder aparte, quando solicitado.

O Sr. Dirceu Manfrinato — Ele concedeu o aparte, Presidente, então peço escusas a Vossa Excelência e agradeço.

O SR. GABRIEL MANOEL — O Presidente está com a razão. Concedi o aparte ao Deputado Jorge Maia, que estava inscrito, pela ordem.

O Sr. Jorge Maia Filho — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado, e queria apenas complementar parte do seu raciocínio, quanto ao pronunciamento do nosso mais novo e aguerrido defensor do PDS, Deputado Caíto Quintana, e que gastou os trinta minutos de sua liderança ...

O SR. GABRIEL MANOEL — Leva a ficha para ele assinar, que ele assina.

O Sr. Jorge Maia Filho — ... pedindo para que o PDS continue forte como está e que não venha a cair. Escutamos atentamente, nobre Deputado, só que no final do seu pronunciamento Vossa Excelência exibiu os folhetos de um plano de Governo de um candidato a Presidente, do Deputado Paulo Maluf. E os classificou apenas como panfletos, dizendo que o PMDB tem praticado, em todo este Brasil, seminários para dar subsídios ao Sr. Dr. Tancredo Neves, para o seu plano de Governo. Subsídios esses que, até hoje, a Nação brasileira desconhece. Subsídios, até hoje, que a Nação brasileira tem como título apenas de Reforma Agrária. Coisa impossível dentro da candidatura do Sr. Tancredo Neves, pelo PMDB, tão bem dito pelo nosso Deputado Gabriel Manoel, que tem como seu vice e o futuro Presidente, se ele for eleito, o maior latifundiário do Maranhão, o Sr. José Sarney.

Enquanto o PMDB vem praticando seminários, o PMDB tem ido em praça pública, levado o povo através de comícios-shows, com artistas de renome nacional, pagando quantias enormes em dinheiro. Nós temos sim, não levado panfletos à Nação brasileira, mas um plano de Governo muito bem elaborado, para as condições do estado em que o País está neste momento.

Eu pediria ao Deputado Caíto Quintana que lesse o Plano de Governo e não se preocupasse apenas com os comícios-shows de Tancredo Neves, onde levam Fafá de Belém, onde procuram provar o sexo de Roberta Close, coisa que nós não estamos interessados.

Nós estamos interessados sim, é nas necessidades que o Brasil tem neste momento crucial. E nós vemos e sabemos quem é capaz de resolver isso e, não só a juventude, mas a capacidade do nosso candidato Paulo Maluf.

Eu acho utópico e, usando uma expressão do nobre Deputado Gabriel Manoel, "que o macaco enrola o rabo e senta em cima". Eu acho utópico quando o Deputado do PMDB vem gritar agueiradamente contra o fechamento de questão para a fidelidade partidária.

Não posso admitir porque todos os Parlamentares que aqui estão, quando assinaram uma ficha partidária, seja qual agremiação for, no seu verso existe um carimbo também assinado em que diz de que o proponente está de acordo com os estatutos do Partido.

Nós não podemos esquecer que o Sr. Tancredo Neves, que hoje transformam num moleque traquina, foi quem propôs o fechamento de questão na última eleição presidencial, quando as oposições lançaram o General Euler Bentes a candidato a Presidente da República.

Nós não podemos esquecer de que quando o Sr. Tancredo Neves teve o seu 1.º mandato popular, maioria dos Parlamentares aqui presentes, sequer existiam, nobre Deputado, e de lá até hoje nunca ouvimos falar de que Tancredo Neves fez uma obra pelo Brasil.

Sabemos o que ele fez em 50 anos de vida pública. Nove pronunciamentos na Câmara Federal; três pronunciamentos no Senado Federal de condolências e congratulações.

Sabemos sim, que ele entrou no Governo de Minas com 60,2 de popularidade e conseguiu durante um ano sair com um ponto apenas de popularidade.

Eu acho gozado quando o PMDB tem se posicionado contra a fidelidade partidária, quando a pouco tempo e temos aqui de testemunha um Deputado dos mais íntimos, Deputado desta Casa, o Deputado Anibal Khury, quando há pouco tempo na minha cidade em Apucarana um Vereador que também é um parlamentar, filiado ao PMDB, votou contra o fechamento de questão do seu partido naquela cidade, do seu diretório. O partido o tentou cassar e só não foi cassado graças ao Deputado Anibal Khury que soube contornar a situação.

Então, eu não vejo condição moral de virem os parlamentares reclamarem do fechamento de questão, fidelidade partidária, porque isto é constitucional, e todo mundo que se filia a uma agremiação, tem deveres para com a agremiação. Partido não é uma brincadeira; não é um parque de diversões; partido é um lugar para onde um homem sério que quer seguir a vida pública, registra-se e faz política.

Muito obrigado, nobre Deputado e desculpe se foi longo meu aparte.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vossa Excelência só ilustrou o meu discurso.

E eu falava ao Deputado Caíto Quintana, vamos elegê-lo Conselheiro do PDS. O homem que nos orienta; o homem que sabe onde dormem as corujas; um homem, uma das maiores revelações políticas, intelectuais, porque entende de todas as leis dos partidos e dos tribunais.

Já eleito, Deputado Caíto Quintana, como o nosso defensor. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

O SR. DIRCEU MANFRINATO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar a essa Presidência que todos os apartes que fiz, foram regimentais. Mas, lamentavelmente, como o Deputado Gabriel Manoel fechou questão com a Bancada do PDS, "malufou" o direito deste Deputado responder.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa não registra a questão de ordem levantada por Vossa Excelência, porque carece de amparo regimental.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — Sr. Presidente, agradeço a Vossa Excelência pela maneira ilibada que Vossa Excelência está presidindo esta sessão. Agora, eu queria que Vossa Excelência solicitasse à sua assessoria ...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Da mesma forma esta Presidência deixa de acatar a palavra, pela ordem, levantada por Vossa Excelência.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de Líder do PDS, constante do expediente, indicando um Sr. Deputado para compôr a Comissão Especial destinada a estudar e propôr soluções para o problema do menor em nosso Estado.— À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente. Necessita de apoio.— Apoioado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 260/84.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência na votação para os Projetos de Lei n.ºs 252 e 55/84, constantes da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.— Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei n.ºs 252, 229, 267, 288 e 222/84.— Aprovado.

Atendendo as preferências votadas pelo Plenário, está em votação o Projeto de Lei n.º 260/84.

EM VOTAÇÃO

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 260/84, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que prorroga até 15 de março de 1987, o prazo previsto no art. 137 da Lei n.º 7.051, de 04 de dezembro de 1978, que estipulou o prazo de 06 anos para que os cargos de provimento em comissão pudessem ser ocupados também por funcionários integrantes de classes AF-2 e AF-3, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL e SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade.— e com PARECER FAVORÁVEL da C.R.H. ao SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação o Substitutivo Geral.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 252/84, que aprova a PROPOSTA DO ORÇAMENTO-PROGRAMA ANUAL DO ESTADO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1985. Com PARECER da COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FAVORÁVEL ao PROJETO e pela REJEIÇÃO das Emendas, por unanimidade.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lamentavelmente esta Casa não pode e não tem oportunidade de apresentar uma emenda sequer. Há 14 anos nesta Casa, pela primeira vez, vamos votar um Orçamento sem que o Deputado tenha oportunidade sequer, de destinar as pequenas verbas de assistência social, para entidades do seu município. Gostaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de comentar as emendas. Infelizmente foi rejeitado o requerimento apresentado em

que pedia destaque da votação das emendas apresentadas ao Orçamento.

Mas vamos falar deste Orçamento que está sendo votado. Nós verificamos na Proposta Orçamentária, a dotação de verbas suntuosas, dos Gabinetes, as mordomias em cada um dos gabinetes; Secretaria de Segurança triplicando a sua verba de gabinete e outros setores, quando nós vemos pequenas localidades, citando como exemplo, no Município de Piraquara, o Jardim Veisópolis, em que a comunidade construiu um módulo policial, e a Prefeitura doou o terreno, faltando exclusivamente que a Secretaria de Segurança instale aquele módulo policial para dar segurança ao povo daquela localidade.

Até agora não tem recursos, e o Deputado não pode assegurar, num momento como este, condições para o seu funcionamento.

A verba do Governador, todos os anos, antes era feita com um entendimento entre os Deputados, possibilitando que os Deputados destinassem a cada um de seus municípios, e indicasse ao Governador do Estado, de sua verba assistencial, importâncias para atender a APMI — Associações de Pais e Mestres, Associações de Excepcionais; todas as entidades, e o Governo, rigorosamente, pagava durante o ano, a cada uma das entidades, de acordo com a indicação de cada um dos Srs. Deputados, quer do PMDB — antigamente do MDB, do PDS ou antiga ARENA, eram pagos esses recursos para cada uma dessas entidades.

Hoje, como o Governo não libera mais esses recursos, nós tínhamos uma única maneira, a de que, através do Orçamento, indicar recursos para cada uma dessas entidades. E assim o fizemos, através da nossa liderança, atendendo todas as entidades do Paraná.

E o que houve?

Um parecer contrário da Comissão de Orçamento, contrário a todas as emendas, contrário, inclusive, àquela emenda em que tirava a possibilidade do Governador legislar por Decreto, deixando este Poder quase que sem atribuição. Porque, com o Orçamento que aí está, possibilitando o Governador a transferir recursos por Decreto, poucas mensagens de suplementação virão a esta Casa, e o Governador estará liberado do Poder Legislativo para bem governar como bem entender, utilizando os Decretos tão criticados no passado e que, hoje, estão sendo adotados com mais vigor, com mais independência para o Poder Executivo.

Na Secretaria de Saúde, nós estamos verificando os postos de Saúde, hoje, sem medicamentos; nós estamos verificando as entidades, as creches, quase que paralizando, mas os Deputados não têm oportunidade de apresentar no Orçamento, recursos sequer para o atendimento a essas entidades.

No setor da Educação, parou a distribuição de cadernos, material escolar para as crianças menos favorecidas, e os Deputados não têm oportunidade, também, de apresentar no Orçamento.

Na agricultura, nós tivemos oportunidade de ver através dos jornais, diariamente, a divulgação do incentivo à renovação da nossa cafeicultura paranaense, em que o IBC liberou recursos para esse incentivo à nossa cafeicultura.

Lá no Município de Marumbi, e acredito que outros 400 mil mudas de café estão sendo preparadas pelo município; nem um tostão de ajuda do Governo do Estado ou do Governo Federal, porque do Governo Federal foi repassado pelo IBC ao Governo do Estado, à Secretaria da Agricultura, e nada foi repassado ao município. Não tem mão-de-obra, não tem o

equipamento, nenhum material para esse incentivo, para o preparo dessas mudas ao agricultor e ao Município.

E cabe ao Governo do Estado, depois de pronto, rotular, através de publicidade, "Folha de Londrina", e outros jornais, dizendo do incentivo à renovação da nossa cafeicultura.

Nós íamos falar da reforma agrária.

Que reforma agrária?

A reforma que nós precisávamos é retomar o Paraná ao que nós tínhamos antigamente, às propriedades com o café. Um lote de 5 ou 10 alqueires, possibilitava a subsistência de 4 ou 5 famílias. E hoje, está munindo essas pequenas propriedades o plantio de soja e outras plantações, que dependem só do maquinário e pouca mão-de-obra.

Era esta a oportunidade do Governo incentivar recursos através da agricultura.

E o que nós vemos nesse Orçamento? Nada em favor da agricultura. Amanhã, estará realizando no Município de São João do Ivaí, uma concentração de agricultores, protestando contra atos do Governo por falta de liberação de IGF e AGF, porque o pouco de feijão que foi entrado na COPASA está sendo retirado, porque não tem comércio, e vem, nesse protesto, nesse movimento de amanhã, também um apelo ao Governador do Estado, para que isente do ICM esta safra do feijão, tão penalizada com a geadas. E agora, com a falta de mercado eu tenho certeza que este pedido não será atendido, porque o Governo alegará a necessidade desse recurso do ICM e não vai liberar em favor do agricultor.

E agora, quando nós votamos o Orçamento, que é a vida do paranaense em 1985, 58 Srs. Deputados não têm oportunidade de apresentar uma emenda, ou de alterar uma linha sequer desse Orçamento.

Nós recebemos pedidos de várias entidades, pedindo a destinação de recursos. Temos que, simplesmente, comunicar a essas entidades, da impossibilidade, porque o Governo não libera, não destina recursos por indicação de Deputado, e não possibilita, através do rolo compressor de sua maioria nesta Casa, a oportunidade para que o Deputado possa indicar, pelo menos, recursos no Orçamento. Porque o Governo, depois de indicado o recurso no Orçamento, ele não é obrigado a pagar. Mas nem indicar sequer, não é permitido. Vai ficar ao seu bel-prazer a distribuição das verbas, e nos gabinetes serão gastas através de mordomias, com viagens, coquetéis etc., e aquilo que é mais necessário ao atendimento de cada uma de suas pastas, não terá o município, oportunidade de receber. E se receber, não terá participação do Deputado que o representa.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Continua em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para encaminhar.

Sr. Presidente, apenas para registrar o grande esforço que a Liderança do PDS fez em apresentar 993 emendas, num total de 71 bilhões, 219 milhões de cruzeiros, que os preclaros Deputados do PDS tiveram o cuidado de discriminar criteriosamente essas verbas por todos os municípios do Estado do Paraná. 697 emendas, Sr. Presidente, a todas as APMLs, a todas as Associações das Senhoras Rotarianas, a todas as Santas Casas de Misericórdia, a todas, enfim, às entidades que tratam de Assistência Social, que tiveram, inclusive, Sr. Presidente, o cuidado e o zelo de retirarem da comunicação social a cifra de

dois bilhões de cruzeiros para passarem a dotação de assistência social ao Governador do Estado, isto porque o total das suas emendas, Sr. Presidente, que era um total de quatro bilhões e sessenta e nove milhões de cruzeiros extinguiria a verba...

(Suspensa a Sessão por falta de eletricidade).

17:05 — Reaberta a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está reaberta a sessão, continua em votação...

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) — Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Na suspensão dos trabalhos Sr. Presidente, eu solicito a Vossa Excelência que determine que seja soada a campanha para que os Srs. Deputados que subiram aos Gabinetes possam chegar em tempo.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa atende a Vossa Excelência. (Faz soar os tímpanos). Está em votação o Projeto de Lei 252/84.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, não quero ser impertinente, mas eu pedi ao Deputado Jorge Maia que deveria se pronunciar a posição da Bancada.

A Bancada do PDS vai dar quorum, estará presente, mas vota contra o Orçamento, uma vez que não participou, e o rolo compressor vai votar o Orçamento como está. Nós estaremos presentes, votando contra o Orçamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.— **Aprovado, artigo por artigo.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 55/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que assegura a incorporação aos proventos de que trata o Art. 2.º, da Lei n.º 7.507, de 15.10.81, aos Professores que tenham recebido Gratificação de Regência de Classe durante três períodos letivos consecutivos, na forma que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— COM SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO.

Em discussão o projeto e o substitutivo.—

Em votação.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 229/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 178/84), que objetiva criar, nesta Governadoria, os cargos isolados de provimento em comissão que especifica, bem como alterar a simbologia de cargos já existentes e da mesma natureza de provimento. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. E com PARE-

CERES FAVORÁVEIS da C.F. e C.R.H., por unanimidade.
EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 267/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 207/84), visa obter autorização para abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 1.915.418.000 (um bilhão, novecentos e quinze milhões e quatrocentos e dezoito mil cruzeiros), destinados a atender despesas com material de consumo, outros serviços e encargos do DETRAN, no corrente exercício. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 288/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 225/84), que visa obter autorização para abertura de um Crédito Adicional até o limite de Cr\$ 8.875.452.000 (oito bilhões, oitocentos e setenta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil cruzeiros), destinados a atender despesas com Custeio e Capital, do Tribunal de Justiça no corrente exercício. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 222/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 175/84), que objetiva aplicar, na concessão de gratificação adicional por tempo de serviço, aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e aos Professores junto ao mesmo Tribunal, os critérios estabelecidos pelo art. 77, da Lei nº 7.297, de 08.01.80, com redação dada pela Lei nº 7.878, de 04.07.84, na forma que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL E SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. E com PARECER FAVORÁVEL da C.F. ao SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. E com PARECER FAVORÁVEL da C.F. ao SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Aprovado. (Publicado no D.A. 84, de 10/9/84, Mensagem.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 222/84

A Mensagem Governamental nº 175/84 encaminha à apreciação deste Poder o Projeto de Lei que fixa critérios para a concessão da gratificação adicional por tempo de serviço aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e aos procuradores junto a este mesmo Tribunal, em obediência ao disposto no Art. 41, parágrafos 3º, 4º e 5º da Constituição Estadual.

Não contém o projeto qualquer vício quanto à sua iniciativa e, como se trata de matéria que procura ajustar a legislação pertinente a dispositivos da Carta Magna Estadual, não há qualquer impedimento legal que se possa opor à sua aprovação.

Quer nos parecer, no entanto, que, para maior uniformidade o número de Auditores e Procuradores não deve exceder ao número de Conselheiros naquela Egrégia Casa. Nestas condições, nosso parecer é no sentido da aprovação, na forma do substitutivo que anexamos.

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

ANIBAL KHURY — Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 222/84

Art. 1º — A gratificação adicional por tempo de serviço

aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e aos Procuradores junto ao mesmo Tribunal será concedida na conformidade dos critérios estabelecidos pelo art. 77, da Lei nº 7.297, de 8 de janeiro de 1980, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 7.878, de 4 de julho de 1984.

Art. 2º — Fica fixado em 7 (sete) o número de cargos de Auditor e Procurador do Tribunal de Contas.

Parágrafo Único — Os atuais ocupantes de cargos de Auditor ou Procurador, que excedem o limite estabelecido no Caput são colocados em disponibilidade.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo do seus efeitos, no que se refere ao seu artigo 1º à 1º de janeiro de 1984, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;

ANIBAL KHURY — Relator.

Apoio: TADEU LÚCIO MACHADO,
GILBERTO CARVALHO,
IVAN GUBERT,
BASÍLIO ZANUSSO,
HERMAS BRANDÃO,
JOSÉ ANTÔNIO FONSECA.

COMISSÃO DE FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 222/84

De autoria do Poder Executivo, Mensagem Governamental nº 175/84, tem por finalidade aplicar, na concessão de gratificação adicional por tempo de serviço, aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas e aos Procuradores junto ao mesmo Tribunal, os critérios estabelecidos pelo Artigo 77, da Lei nº 7.297, de 4 de julho de 1984.

A matéria encontra-se perfeitamente justificada nas razões que acompanham a Mensagem.

Analisando o aspecto financeiro do projeto, temos que nada impede que o presente Plano de Lei mereça aprovação dos demais Órgãos desta Casa, visto que o comportamento das finanças do Estado apresenta-se de molde a suportar os encargos decorrentes da presente lei.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, recomendando sua aprovação, na forma do substitutivo geral da C.C.J..

É o parecer.

Sala das Comissões, 08 de novembro de 1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI — Presidente;

HOMERO OGUIDO — Relator.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

REDAÇÃO FINAL — Da Proposição nº 119/84, (Mensagem nº 118/84), que dá nova redação ao art. 59 da Constituição do Estado, na forma que especifica. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 163/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 124/84), que objetiva estabelecer em consonância com a Legislação Federal pertinente, normas para fixação de cobrança da remuneração devida à Junta Comercial do Paraná pela execução dos serviços do Registro do Comércio, na forma que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. E com PARECER FAVORÁVEL da C.F., por maioria.

Sobre o mesmo, Emenda de Plenário de autoria do

Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO
DE LEI Nº 163/84**

O Deputado que esta subscreve, propõe emenda ao projeto de lei nº 163/84 no sentido de que seja acrescentado o artigo abaixo, onde couber.

Artigo — “As microempresas, assim entendidas aquelas que a Legislação Federal definir, ficam isentas do pagamento das taxas de que trata esta lei”.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA
Líder do PDS

Apoiamiento: ANTÔNIO BELINATI,
ODENI MONGRUEL,
PÉRCLES PACHECO,
LEÔNIDAS CHAVES,

JUSTIFICATIVA:

I — É consentâneo o entendimento da importância que as microempresas têm no contexto da economia do Brasil como um todo e do Paraná em particular, tanto sob o prisma da produção e comercialização de bens, como sob a ótica da geração de empregos com maior rapidez e a menores custos de investimentos.

II — Tramita, no Congresso Nacional, o Estatuto das Microempresas que lhes concede facilidades e benefícios, entre os quais, reduções e isenções de tributos e taxas.

III — Este projeto de Lei ora em discussão, fixa as taxas da Junta Comercial do Paraná com base na ORTN vigente sempre em dezembro do ano anterior. Daí porque dificilmente a Assembléia Legislativa voltará a ter oportunidade de apreciar esta matéria, de vez que, daqui em diante, os reajustes serão automáticos.

IV — Isto posto, é propício que já nesta lei se fixe o benefício da isenção para que, quando a Legislação Federal definir os critérios para a classificação das microempresas, estas possam usufruir do incentivo que popomos.

Em discussão o projeto e a emenda.

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS — (Pela Ordem)
Desejo saber o autor da emenda agora apresentada em Plenário.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, Líder do PDS.

Está em discussão o projeto e a emenda. Está em votação o projeto, ressalvada a emenda. Aprovado.

Em votação a emenda. Rejeitada.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, a posição da Bancada do PDS é favorável à emenda.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa registra.

EM VOTAÇÃO

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 51/84, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor ANTÔNIO DE CAMPOS TAPAJÓS. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 228/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 168/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Planaltina do Paraná, um imóvel de propriedade do Estado do Paraná, constituído da data nº 11, da quadra nº 110, com 755,00m², situada no referido município, adquirido pelo Estado, conforme matrícula nº 3.378, de 1º.03.82, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Santa Izabel do Ivaí.— Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 232/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 189/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Tupãssi, um imóvel de propriedade do Estado, constituído dos lotes nºs 11 e 12, da quadra nº 48, com área total de 1.200,00m², situados no referido município e adquiridos pelo Estado, conforme matrícula nº 12.336, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Assis Chateaubriand. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 239/84, de autoria do Deputado ADHAIL SPNREGER PASSOS, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor WALTER ALBERTO PECOITS, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 242/84, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BOQUEIRÃO — AMOB”, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 250/84, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de utilidade pública a “APAE — ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS”, com sede e foro no Município de Faxinal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivam Gubert, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Gorski, ocorrido nesta Capital, no dia 18 do corrente mês.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ernesto Strano, ocorrido nesta Capital, no dia 18 do corrente mês.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Germano Norberto Rudner, ocorrido no dia 15 do corrente mês, no Município de Umuarama.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Germano Norberto Rudner, ocorrido no dia 15 do corrente mês, no Município de Umuarama.—

Aprovado.— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Pastor Alípio Xavier Assumpção, ocorrido no dia 17 do corrente mês, nesta Capital.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando regime de urgência para a votação do Projeto de Lei n.º 318/84, oriundo da Mensagem Governamental n.º 236/84, que altera o Orçamento da Loteria do Estado do Paraná em Cr\$ 690.000.000.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja dispensada de publicação a Redação Final do Projeto de Lei n.º 209/84, que trata da remuneração dos Professores Regionalistas e não Habilitados, bem como sua reinclusão na Ordem do Dia.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando dispensa de publicação da Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 24, 106, 172, 193, 197, 200, 204, 205, 206, 209, 218, 227, 229, 249, 260, 266 e 267/84.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 34.º aniversário de emancipação política do Município de Guaraniáçu.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 33.º aniversário de emancipação política do Município de Santo Antonio do Sudoeste.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretários da Educação e Administração, encarecendo estudos para a regularização da situação dos professores com Habilitação Legal que ministram no Instituto Politécnico Estadual.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo a implantação de uma escola de ensino de primeiro grau, no Bairro Lageado, no Município de Mamborê.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Geral do DETRAN, encarecendo a criação e instalação de um núcleo de psicologia no Município de Ubatã.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do artigo "Maringá pede socorro, Senhor Corregedor", publicado no jornal "O Diário do Norte do Paraná".— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

(A matéria acha-se publicado no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 41.º aniversário de fundação da Rádio Londrina.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 33.º aniversário do Município de Cascavél.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 50.º aniversário do Município de Bandeirantes.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 22.º aniversário do Município de Ivaiporã.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 222/84, de autoria do Poder Executivo, que objetiva aplicar na concessão de gratificação adicional por tempo de serviço aos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e aos Procuradores junto ao mesmo Tribunal, os critérios estabelecidos pelo Art. 77, da Lei 7.297, de 08.01.80, com redação dada pela Lei n.º 7.878, de 04.07.84, na forma que especifica.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná, encarecendo seja procedida sindicância visando apurar denúncias versando sobre abusos envolvendo a Polícia Militar do Estado, ligada ao 4.º Batalhão sediado no Município de Maringá.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, encarecendo a instalação de um porto seco, bem como seja dada autorização à CACEX para emissão de guia de exportação de café, no Município de Londrina.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo informações quanto a vendas efetuadas pela CAFE DO PARANÁ.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Homero Oguido, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, encarecendo a instalação de um porto seco, bem como seja dada autorização à CACEX para a emissão de guia de exportação de café, no Município de Londrina.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Prefeito Municipal de Curitiba, sobre um rol de questões, relacionadas ao ponto facultativo para os dias úteis que se situem, coincidentemente, entre o final de semana e um feriado.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Norma Deitos, ocorrido no Município de Campo Mourão.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando votos de congratulações à Rádio Jornal de Maringá Limitada, pela Comemoração, no dia 17 do corrente mês, pelo seu 27.º aniversário de fundação. **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando informações técnicas sobre a pavimentação asfáltica interligando as localidades de São José, no Município de Santa Helena, Luz Marina e São Pedro, no Município de Toledo; e Santa Tereza, no Município de Cascavel.— **Aprovado.**— À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa, inteiro teor do documento firmado por ocasião do 10.º Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, realizado em Vitória-ES, nos dias 07 a 10 próximo passado.— Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Artagão Mattos Leão).

O SR. PRESIDENTE (Artagão Mattos Leão) — Para discutir, adia-se a discussão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno...

(Interferência da Energia Elétrica, na Casa).

Por absoluta falta de condições técnicas, encerra-se a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

4a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 55/84.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 24/83, 106, 205, 206, 209, 218, 227, 249, 260 e 266/84.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 51, 222, 228, 232, 239, 242, 250 e 288/84.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO FERRARI JÚNIOR EM SESSÃO DO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 1984.

MARINGÁ PEDE SOCORRO
SENHOR CORREGEDOR

Antonio M. Pimenta

Ao Ivan Neves Pedrosa, ao José Plínio Silva e ao Wilson Surita, os baluartes da dignidade, da honra e do amor à dignificante profissão de defender os fracos contra os fortes, a minha homenagem.

Está estarecida a gente maringaense. Nossa sociedade foi esbofeteada, vilipendiada e desafiada. Semana passada os policiais civis e militares coordenados pelo operoso chefe da Ciretran, o jovem Oscar Batista de Oliveira colocaram mão na maior quadrilha de ladrões de automóveis que se tem notícia desde a fundação da cidade. Felizes pela consciência tranqüila do dever cumprido, eles não tiveram tempo para comemorar o grande feito. Horas depois o senhor Joãozinho, proprietário da oficina Sakmar, onde foram encontrados duas dezenas de carros surrupiados e remarcados festejava sua liberdade, tomando sua cervejinha no buteco, zombando do povo, da sociedade e das autoridades constituídas. A briosa corporação do 4.º Batalhão mandou publicar uma nota na imprensa. Curtinha, mas equilibrada e esclarecedora. "Os larápios foram agarrados e trancados na cadeia. É nossa missão. Ela foi cumprida. Soltá-los não é atribuição nossa". O povo é humilde. Mas é sábio. Engole o reproche mas sabe das coisas. Evita indagações porque estamos recém saindo do estado de opressão. Acha perigoso. O mar de lama que corre pelos esgotos da indignidade, da desonra e da imoralidade deságua sempre no mesmo lugar: o estuário silencioso e digno da nossa magistratura. Mal sabe o desinformado povo da rua que nossos magistrados precisam interpretar a lei dentro dos parágrafos irremovíveis dos códigos. Fabricam-se nos fétidos porões das pressigangas, na calada da noite, inquéritos mutilados, deformados e civados de absurdos. É a máfia insidiosa dos industriais dos erros jurídicos que entra em ação. A gang de maus advogados, os chamados "portas de cadeia". As peças fundamentais do instrumento a ser julgado contrariam frontalmente os ditames codificados. Que pode fazer o magistrado quando meia hora depois recebe o "habeas-corpus"? Nada mais nada menos que anular o flagrante e colocar o bandido em liberdade. Sob pena de levar um "puxão de orelhas" do Tribunal. À porta da pretoria os texugas, os abutres, os coiotes, os fabricantes de aguardam o transgressor com o alvará de soltura na mão. Daí a comemoração nos bordéis. Que bom seria senhor Corregedor, que todas as prisões em flagrante pudessem passar, antes do encaminhamento ao juiz, pelas mãos do promotor. Que bom. Mas não é da lei? E daí? Os costumes não deformam a lei? Por acaso um boxeador que mata seu contrincante em pleno ring é penalizado por isso? Não. Mas o código não prevê que matar é crime? Prevê. Aí está o costume deformando a lei, pois não? Tenho absoluta certeza que nossos honrados promotores públicos — os "Custos Legais" — não se furtariam a essa maravilhosa tarefa. Tenho certeza. Seria por fogo no ninho da ratazana. O fim da indústria de inquéritos fabricados

e o retorno à paz e à segurança de toda a nossa família. Caneta de Corregedor tem mais força que uma junta de boi brazino, dizem os Gaúchos. Mãos à obra ilustre chefe da magistratura Paranaense. Proteja os nossos honrados magistrados que estão sendo levados, paulatinamente, pela máfia, ao perigoso caminho das areias movediças do caos. Consulte o seu povo. Empresários, profissionais liberais, professores, chefes de família, mães, estudantes e operários. Ouça-os e tome a decisão que tanto eles anseiam. Como aves de arribação que prenuncia a tempestade, o povo está

assustado, medroso e preocupado com o perigo que está correndo a nossa maravilhosa magistratura: o descrédito popular. Não permita que isto aconteça. O Poder Judiciário é a última esperança deste povo. Tem de permanecer intocável, insuspeito, honrado e digno como sempre o foi. Que Deus o ilumine, honrado desembargador Luiz Renato Pedroso. Que Vossa Excelência possa fazer por nossos filhos e netos o que não foi possível fazer por nós. Maringá pede socorro.

Obrigado Excelência.